REVISTA IBEF

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO VIII - NÚMERO 38 - BIMESTRAL - 2012
www.ibefrio.org.br

Rio+20
Antonio Patriota, ministro das Relações Exteriores do Brasil.

Embaixador Frank Sheridan: a Irlanda e o Desenvolvimento Sustentável.

Roberto Castello Branco, da Vale: commodities e crescimento econômico.

Presidente da Casa da Moeda e a busca por inovação e tecnologia.

2º Prêmio Ibef certificará *cases* de Sustentabilidade.

IBEF
Rio de Janeiro

www.pwc.com.br

( ) Oportunidade
( ) Crescimento
( ) Consultoria da PwC
(X) Todas as alternativas

Para nós, antes de agir, ousar e crescer, é preciso planejar. Por isso, com proximidade e troca, vamos analisar juntos todas as possibilidades para, na hora de dar o próximo passo, você dar o passo certo. Você diz o que é valor para você, a PwC ajuda você a chegar lá.

Siga-nos no Twitter @PwCBrasil e facebook.com/PwCBrasil.

pwc

© 2012 PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. Todos os direitos reservados. Neste documento, "PwC" refere-se a PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda., f
separada e independente.

ageisobar

firma membro da PricewaterhouseCoopers International Limited, constituindo-se cada firma membro da PricewaterhouseCoopers International Limited pessoa jurídica

Índice

Editorial - Marcos Varejão 03

Internacional - Rio+20: Conferência de Sustentabilidade da ONU.....04

Opinião - Yann Arthus Bertrand: eu vi a Terra mudar.....09

Opinião - Carlos Alberto Muniz - Rio, capital da bicicleta... e por que não?!.....10

Opinião - Ben Sangari - A Educação e a Sustentabilidade.....12

Opinião - Frank Sheridan, embaixador da Irlanda - Desenvolvimento Sustentável.....14

Opinião - Washington Novaes - Difícil, mas não há outro caminho 16

Opinião - Roberto Castello Branco - *Commodities* e crescimento econômico.....18

Nacional - Ibef certificará e premiará *cases* de Sustentabilidade.....20

Opinião - Paulo Senise - O maior legado para o Rio.....22

Opinião - Francisco de Assis Franco: presidente da Casa da Moeda.....24

Day Trade - Coluna de informação.....26

Opinião - José Ricardo Roriz Coelho - Por que ficou tão caro produzir no Brasil?.....30

Internacional - Brasil e Estados Unidos.....32

Opinião - Djamel Eddine Bennaoum - A cooperação econômica entre Argélia e Brasil.....34

Opinião - Jim Hagemann Snabe - Pequenas empresas e a retomada econômica.....36

Opinião - Marcelo Lacerda - Senso de urgência para o Brasil crescer.....38

Opinião - Marly de Menezes - Economia criativa.....40

Estante - Coluna sobre publicações editoriais..... 41

Opinião - Roberto Baungartner - Regime de licitações para as obras da Copa e Olimpíadas.....42

Opinião - Raphaela Lucas - Brasil, o país do futebol e das oportunidades.....44

Jurisprudência - Isabella Menta Braga - Taxa de conveniência pode ser cobrada?.....46

Opinião - Henrique Luz - Riscos e oportunidades de investir em mercados emergentes.....48

Editorial

Rio+20

Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

Neste mês, o Rio de Janeiro será palco de um dos encontros mais importantes do planeta: A Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, que irá discutir propostas para o desenvolvimento de ações na área de sustentabilidade. O evento, que abre espaço para um diálogo mundial, poderá ser a maior conferência da história das Nações Unidas no que diz respeito ao número de participantes.

A previsão é que cerca de 150 Chefes de Estado e um total de 50 mil pessoas participem do encontro, além de milhares de pessoas envolvidas na organização e logística da Rio+20. O grande desafio é fazer com que o deslocamento entre a distância do Riocentro, na Barra da Tijuca, e o resto da cidade seja facilitado – trabalho que vem sendo acompanhado e bem realizado pela Prefeitura da cidade, que tem viabilizado diversos planos de fluxo de tráfico e transporte. Pelo orçamento aprovado pelo Congresso de R$ 430 milhões, R$ 190 milhões foram destinados para este fim.

Esta edição da **Revista IBEF** é uma publicação focada no tema Sustentabilidade. O leitor encontrará, nas próximas páginas, sobre o tema assinados por empresários renomados, notas com as ações que estão sendo desenvolvidas por empresas na área e uma matéria especial sobre a Conferência, incluindo os principais temas que serão discutidos rumo a um planeta mais sustentável.

Com exclusividade também divulgamos nesta edição, matéria sobre o Prêmio IBEF de Sustentabilidade, que, pelo segundo ano consecutivo, vai certificar e premiar *cases* de empresas. É o IBEF contribuindo para o aprimoramento do segmento das finanças corporativas, somando princípios sustentáveis aos valores das empresas.

Boa leitura!

Junho 2012

Marcos Chouin Varejão

Rio + 20: começa esse mês a Conferência mais importante da ONU.

Sede da ONU, Nova York.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20 será realizada de 13 a 22 de junho, no Rio de Janeiro. Batizada de Rio + 20, porque marca os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), irá contribuir para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas.

Desde a Rio-92, o tema do desenvolvimento sustentável ocupa lugar central na política externa brasileira. A proposta do Brasil de sediar a Conferência se enquadra nessa prioridade, ao criar oportunidade para que todos os países das Nações Unidas se reúnam, mais uma vez no Rio de Janeiro, para discutir os rumos do desenvolvimento sustentável para os próximos vinte anos. Na qualidade de Presidente da Conferência, o Brasil será responsável pela coordenação das discussões e trabalhará para a formação de consensos e adoção de decisões concretas que visem ao objetivo do desenvolvimento sustentável.

No plano interno, a Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável tem a atribuição de articular os eixos da participação do Brasil na Conferência e é co-presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Fazem parte da Comissão, ainda, outros 28 ministérios e órgãos da Administração Federal associados aos temas do desenvolvimento sustentável, bem como representantes do Governo do Estado e da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, do Congresso Nacional e do Poder Judiciário. A Comissão Nacional conta ainda com uma Secretaria-Executiva, presidida pelo Ministério das Relações Exteriores e integrada pelo Ministério da Fazenda; o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e o Ministério do Meio Ambiente, responsáveis, respectivamente, pelos pilares econômico, social e ambiental na Secretaria-Executiva.

Com dois temas principais – a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável – o objetivo da Conferência é a

Secretário-Geral da Rio+20, Sha Zukang.

FOTO: GLOBO.COM

Ministro Antonio Patriota e a presidente Dilma Rousseff.

renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes.

Para o ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, a realização do evento no Brasil deverá atingir resultados positivos nas esferas internacional, nacional e da sociedade civil. "Na esfera multilateral, o objetivo é estabelecer rumos concretos para o longo prazo, em que se apontariam direções para o crescimento mundial no contexto do desenvolvimento sustentável. Na dimensão nacional, pretende-se estimular o debate interno necessário para que o país exerça liderança na implementação e na criação de soluções sobre desenvolvimento sustentável nos próximos anos", disse.

A participação da sociedade civil na Rio+20 é prioridade no que diz respeito à garantia de espaços qualificados para que todos estejam presentes e atuantes durante o encontro. Eventos paralelos, acesso à internet, estandes para organizações, medidas para viabilizar transporte e mobilidade, estrutura com acessibilidade para pessoas com deficiência são algumas das condições criadas para que milhares de pessoas da sociedade civil sejam credenciadas e participem. "O governo brasileiro entende que a participação da sociedade civil é um dos elementos indispensáveis para a promoção de avanços rumo ao desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, da mesma forma que a Rio-92 foi um marco para a conscientização acerca da importância da sustentabilidade, a Rio+20 deve ser o início de um período de ação, em que os atores sociais serão cada vez mais importantes para a promoção concreta do desenvolvimento sustentável", completou Patriota.

PROGRAMAÇÃO

De 13 a 15 de junho, está prevista a III Reunião do Comitê Preparatório, no qual se reunirão representantes governamentais para negociações dos documentos a serem adotados na Conferência. Em seguida, entre 16 e 19 de junho, serão programados eventos com a sociedade civil. De 20 a 22 de junho, ocorrerá o Segmento de Alto Nível da Conferência, para o qual é esperada a presença de diversos chefes de Estado e de Governo dos países-membros das Nações Unidas. Em comunicado à imprensa, as Nações Unidas informaram que ao menos 135 presidentes e chefes de Estado, vice-presidentes, chefes de Governo e vice primeiros-ministros se inscreveram na lista de oradores que vão discursas na plenária da cúpula.

A eficácia do engajamento dos Estados-Membros na Rio+20 vai depender da qualidade das preparações regionais e nacionais que irão contribuir para o processo global. Os ex-presidentes da República Luiz Inácio da Silva e Fernando Henrique Cardoso deverão participar dos debates que integram a Conferência.

Para Fernando Henrique o encontro deve manter o foco na questão ambiental. "A questão social está ligada à ambiental, mas tem de fazer essa ligação. Na África, em Durban, os africanos insistiram na pobreza, no social, e isso vai aparecer no Rio. Mas não podemos perder o foco. Se não cuidarmos do ambiente, quem vai pagar o pato são os mais pobres".

Espera-se que esse encontro seja um grande exemplo de participação popular em massa: estima-se que mais de 50.000 pessoas participem da Cúpula do Rio e de diversos eventos paralelos no Rio de Janeiro, incluindo milhares de CEOs do ramo empresarial, parlamentares, prefeitos, líderes de ONGs, acadêmicos, altos funcionários da ONU, representantes de diversos grupos e jornalistas.

ESBOÇO ZERO

O Esboço Zero, documento com 19 páginas que pautará as discussões do encontro, identificou 26 áreas críticas de ação, incluindo: água, energia, alimentos, empregos, cidades, oceanos, preparação para desastres, erradicação da pobreza, turismo, transporte, mudanças climáticas, consumo e produção sustentáveis, terras, produtos químicos e florestas, entre outras.

Sob o tema "O futuro que queremos", o documento reúne os resultados da combinação das mais de 600 propostas enviadas pelos países-membros.

Um dos assuntos que mereceu destaque trata sobre a erradicação da pobreza. A "economia verde" constitui um instrumento para a aplicação de políticas e programas com vistas a fortalecer a implementação dos compromissos de desenvolvimento sustentável em todos os países da ONU. Para o Brasil, a "economia verde" deve ser sempre enfocada no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, uma vez que os temas de economia e de meio ambiente não podem ser separados das preocupações de cunho social.

O debate sobre "economia verde" aponta para oportunidades de complementaridade e de sinergia com outros esforços internacionais, englobando atividades e programas para atender às diferentes realidades de países desenvolvidos e em desenvolvimento. É importante relembrar que a redução das desigualdades – em nível nacional e internacional – é fundamental para a plena realização do desenvolvimento sustentável no mundo.

De acordo com projeções do Ministério da Fazenda, a permanência dos investimentos produtivos e a solidez do consumo das famílias sustentarão o crescimento esperado já em 2012. O desenvolvimento continuará baseado na demanda doméstica, que tem sido o principal condutor da expansão econômica durante o período de crise internacional.

As discussões sobre a estrutura institucional têm buscado formas para melhorar a coordenação e a eficácia das atividades desenvolvidas pelas diversas instituições do sistema ONU que se dedicam aos diferentes pilares do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental). Os países têm debatido, principalmente, maneiras pelas quais os programas voltados ao desenvolvimento econômico, ao bem-estar social e à proteção ambiental podem ser organizados em esforços conjuntos, que realmente correspondam às aspirações do desenvolvimento sustentável.

Algumas das propostas já apresentadas propõem a reforma da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável (CDS), com o objetivo de reforçar seu mandato de monitoramento da implementação da Agenda 21, adotada durante a Rio-92, e seu papel de instância de coordenação e de debate entre representantes dos países e da sociedade civil. Quanto à reforma das instituições ambientais, vários países têm apontado a importância de que sejam fortalecidas as capacidades de trabalho do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), aumentando a previsibilidade dos recursos disponíveis para que essa instituição apoie efetivamente projetos em países em desenvolvimento. A reforma da estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável deverá observar o equilíbrio entre as questões sociais, econômicas e ambientais.

Olá! Somos a **edp**.

Estamos crescendo,
inovando, evoluindo,

porque sabemos que
tudo que fazemos
tem impacto.

Sabemos que só
a boa energia
nos trará boa energia.

É por isso que mais
de 60% da energia
que produzimos
no mundo é limpa.

E, assim, conseguimos
pôr tudo para funcionar...

...sem prejudicá-lo...

...e respirando.

...nadando...

para que eles
continuem cantando...

Podemos ver o futuro porque
estamos construindo-o.

Vamos construir juntos.

uma boa energia
www.edpbr.com.br

OUTROS ASSUNTOS QUE SERÃO ABORDADOS PELA RIO + 20

ACESSO À ÁGUA

Garantir o acesso à água potável e limpa, além do saneamento como prioridade.

Desafios: em reunião realizada em março, os negociadores dos Estados Unidos tentaram excluir da declaração da conferência o tema de acesso universal à água, o que poderia abrir caminhos para a privatização dos serviços de saneamento básico. Foram apoiados por representantes da União Europeia, Reino Unido, Canadá, Austrália, Israel e Nova Zelândia.

OCEANOS

Criação de novas regras para controlar a utilização das águas do oceano, com vistas para o comércio, exploração de petróleo, atividade de pesca e transporte.

Desafio: o controle da pesca é temido por países como o Japão, Canadá e Rússia. Para o Brasil, um assunto delicado é a exploração de petróleo, por conta dos riscos causados à natureza em caso de derramamento de óleo.

ENERGIA RENOVÁVEL

Incentivar o uso de energia e fontes renováveis, bem como reduzir o consumo de combustíveis fósseis e reduzir as emissões de carbono, garantindo o acesso universal a serviços de energia modernos e eficientes.

Desafios: alto custo do petróleo, a falta de fontes hídricas, novas tecnologias para a expansão do uso de energia solar e dos mares.

EMPREGO VERDE

Viabilizar o aumento de oferta de empregos nas áreas de agricultura, indústria, serviços e administração, que contribuam para a preservação ou restauração do meio ambiente.

Desafios: os países em desenvolvimento temem que isso imponha barreiras comerciais não tarifárias. As discussões atuais não exemplificam os meios, recursos financeiros e transferências de tecnologia.

SEGURANÇA NA CIDADE

Alguns aspectos serão decisivos para que a Rio+20 se confirme como um sucesso no Rio de Janeiro e uma das preocupações é a questão da segurança na cidade. Segundo informações do Ministério da Defesa, a segurança da Conferência vai mobilizar cerca de 13 mil homens e mulheres do Exército, Marinha e Aeronáutica, além de milhares de agentes das polícias federal e militar. Durante audiência pública da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso, que aconteceu em abril de 2012, as ações de segurança e inteligência adotadas durante o encontro ajudarão no desenvolvimento do plano estratégico e operacional das forças de segurança brasileiras para os eventos posteriores que serão sediados pelo Brasil, como a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas em 2016.

Durante o encontro, o subchefe de Operações da Chefia de Preparo e Emprego do Ministério da Defesa, Major-brigadeiro-do-ar Gerson Nogueira de Oliveira, a Rio+20 será um legado para outros eventos. “As Forças Armadas, Estado e Prefeitura do Rio estão trabalhando em integração. Uma integração que nunca houve entre as forças de segurança. As ações adotadas na Rio+20 serão um legado para os próximos eventos e para o país”, disse.

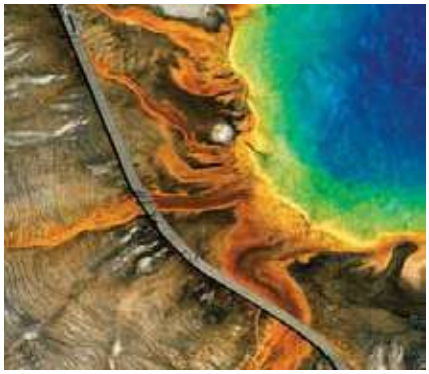
Uma das principais preocupações do Sistema Brasileiro de Inteligência é um possível ataque de “*hackers*” durante os grandes eventos a serem realizados no Brasil. “Estamos trabalhando junto à coordenação de segurança para a Rio+20. Teremos uma conferência no Brasil de proporções gigantescas e com grandes inovações tecnológicas e estamos atentos à possibilidade de ataques cibernéticos. Não podemos pensar só em ataques a pessoas, um ataque desses pode acabar com o evento e disseminar o pânico”, disse o diretor do Departamento de Integração do Sistema Brasileiro de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Carlos Alberto Ataíde Trindade.

A proteção das fronteiras brasileiras também faz parte do plano estratégico de segurança nacional do Ministério da Justiça. Segundo o assessor de Relações Institucionais da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça, José Gomes Monteiro Neto, várias serão as ações desenvolvidas para fortalecer as fronteiras brasileiras.

José Monteiro Neto explicou, ainda, que a atividade de inteligência brasileira na Copa do Mundo será desenvolvida em três grandes pilares: ameaças externas, segurança de portos, aeroportos e fronteiras e, por último, segurança e estabilidade interna.

Eu vi a Terra mudar.

*Yann Arthus-Bertrand**



O planeta é muito mais bonito do que eu imaginava. Desde que comecei a olhá-lo realmente, ele não parou de me surpreender por seu esplendor.

Essa beleza, que descobri através do meu trabalho fotográfico, transformou-me. Foi ela que fez de mim um ecologista.

Essa exposição no Rio de Janeiro é muito especial, pois foi com a Eco 92, conferência sobre o Desenvolvimento Sustentável ocorrida no Rio, que dei início ao meu trabalho A Tera vista do céu, há exatos 20 anos. Voltar ao Rio é, para mim, a oportunidade de fazer um balanço das duas décadas desse trabalho ao mesmo tempo em que os especialisas farão o balanço do desenvolvimento do planeta nesse meio-tempo.

Nos 20 anos que passei fotografando a Terra, eu a vi mudar. Pois o impacto é visto do céu. E durante minhas viagens e minhas pesquisas, constatei que todos os especialistas e cientistas que encontrei compartilhavam a mesma preocupação. O que minhas fotos revelam, eles o diziam com números, e esses números são verdadeiramente assustadores.

Só para citar alguns exemplos, em 20 anos:

- O PIB mundial aumentou em 75%, atingindo 63 trilhões de dólares, mas ainda há um bilhão de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza.

- As emissões de CO_2 aumentaram em 36% e atingem 30 bilhões de toneladas por ano - a banquisa ártica diminuiu em 35%. Mas as energias renováveis progridem a uma velocidade astronômica: o uso da energia solar cresceu 30.000%, por exemplo.

- As florestas mundiais perderam quase 300 milhões de hectares, ou seja, quase 13 milhões de hectares por ano. Mas atualmente quase 6% das florestas são certificadas - e hoje, 13% das terras emersas são protegidas.

- O número de pessoas que têm acesso a fontes aprimoradas de água potável, a partir de um fornecimento por canalizações ou por poços protegidos, aumentou em mais de 2 bilhões. Mas 37% da população mundial ainda não têm acesso a um sistema de saneamento de qualidade.

- Por volta de 1 bilhão de homens e mulheres sofrem de desnutrição enquanto o mesmo número sofre de obesidade.

- Uma espécie de vertebrado em cada 5 anos corre risco de extinção.

Em 20 anos, os sinais alarmantes se multiplicam. A partir de agora, cada um deve assumir as consequências disso. Com minhas fotografias e a Fundação GoodPlanet eu tento sensibilizar o maior número de pessoas sobre a importância do Desenvolvimento Sustentável.

Espero que você, ao observar essas fotos, as mais fortes que tirei em 20 anos, deixe-se transformar pela beleza do mundo como eu fui transformado, e que também tenha desejo de contribuir para a preservação do planeta.

Todo mundo pode fazer alguma coisa.
Cabe a você descobrir o quê.

** Fotógrafo e ambientalista francês. Autor das 130 imagens de grandes dimensões que se encontram na Praça da Cinelândia, no Rio de Janeiro, até o dia 24 de junho. O nome desta exposição é "A Terra vista do céu". www.terravistadoceu.com*

Rio, capital da bicicleta... e por que não?!

*Carlos Alberto Muniz**

Hoje, tornou-se evidente os erros cometidos a partir dos anos 60 com políticas de transporte orientadas e estimuladas para facilitar o uso desenfreado do automóvel. "Os carros de passeio" que chegaram para ser uma ferramenta central em nossas vidas e do sistema de transporte urbano - e que provavelmente ainda o serão igualmente no futuro - sem dúvida nenhuma não são eficientes nem sustentáveis em áreas urbanas densas e em distâncias curtas.

Cada vez são mais evidentes os "efeitos colaterais" negativos do seu uso excessivo: engarrafamentos quilométricos, poluição, ruído, ocupação do espaço (especialmente para estacionamento), segurança nas vias e crescimentos dos custos de manutenção. Carros em demasia são males para as cidades, em um duplo sentido. As cidades se tornam menos atrativas devido aos impactos ambientais, sociais sobre a qualidade dos espaços públicos e pior ainda, as cidades tendem a ser menos acessíveis. As ruas engarrafadas de carros em busca de estacionamento não fazem dos automóveis, hoje, uma forma eficaz de deslocamento.

Além disso, contar principalmente com os automóveis para as necessidades de mobilidade urbana fomenta, cada vez mais, a expansão urbana e a necessidade de investimentos em infraestrutura para viagens mais longas e distantes dos centros urbanos, o que, por sua vez, aumenta a dependência do automóvel. É preciso, portanto, romper esse ciclo vicioso.

Por outro lado, o transporte público, tradicional alternativa, não tem funcionado a contento, não só pela falta de qualidade como também por ser, em grande parte, baseado nos ônibus, que acabam sucumbindo no engarrafamento geral em que a cidade se transformou.

Por isso que a Prefeitura do Rio está ampliando sua malha cicloviária. Já temos hoje cerca de 270 km e até o fim do ano chegaremos a 300 km, o que contribuiu para manter a marca de cidade com a maior quilometragem em ciclovias do Brasil e a segunda da América Latina (perdemos só para Bogotá, na Colômbia) e...por enquanto!

Mas mesmo depois de equacionado o transporte público de forma eficaz, seu objetivo é transportar um grande número de pessoas simultaneamente e para o mesmo destino. Ele deve utilizar menos espaço, menos recursos, ser mais limpo e mais econômico que os veículos privados. Porém, o transporte público por si só não pode satisfazer todas as necessidades de mobilidade das pessoas. Rotas fixas e horários rígidos não são adequados para um número cada vez maior de viagens. As pessoas tendem a ir aos destinos mais variados, de maneira menos regular e para fins que não são só casa/trabalho/escola.Também tendem a combinar modos distintos para satisfazer melhor suas necessidades.

Porém, existe uma clara necessidade de alternativas de transporte que sejam flexíveis, cômodas, limpas e acessíveis para os deslocamentos dentro das áreas urbanas. O deslocamento a pé - historicamente à margem das políticas de mobilidade - já aparece no PDTU (Pesquisa de Deslocamento em Transporte Urbano) de 2004 contemplando cerca de 30% das viagens no Rio e começa a ganhar o reconhecimento para o conjunto da mobilidade urbana e também a ser considerado um modo prioritário de mobilidade sustentável, daí as propostas em curso de fechamento de áreas centrais, alargamento de calçadas dentro dos novos projetos de reurbanização na cidade.

Tenho observado que, dentro do cenário descrito, o uso da bicicleta assume um rol importante por suas próprias características de eficácia e eficiência como modo de transporte urbano. É visível hoje o grande número de deslocamentos por esse meio. ONGs especializadas no assunto estimam que os números de viagens/dia na cidade do Rio de Janeiro já ultrapassam mais de um milhão, sendo que mais de 50% desse número se dá na Região Oeste, onde a população necessita de pelo menos dois meios de transporte para se deslocar, sendo a bicicleta um deles em mais de 75% dos casos.

E isto vem dando certo porque as bicicletas podem cobrir de maneira confortável distâncias de viagem de até 10 km, ou no caso das elétricas até 20 km, o que significa que um ciclista pode se deslocar em uma área de mais de 150 km2 em torno de sua residência. De um modo geral, os habitantes da cidade dificilmente viajam mais de 20 km de sua residência no seu deslocamento diário, embora por causa do trânsito caótico e a perda de tempo nos engarrafamentos isto pareça muito mais. Quando dizemos que do Maracanã ao Engenhão são somente 6 km as pessoas tem dificuldade de acreditar. A velocidade da bicicleta é competitiva nas distâncias curtas se computados o ir até o ponto esperar o transporte, descer e caminhar até o destino.

Em 2010, a Ong Transporte Ativo organizou um desafio intermodal para deslocamentos na cidade, sendo que para trajetos dentro da Zona Sul os três primeiros lugares foram obtidos pelas bicicletas se deslocando totalmente por ciclovias ou pelas ruas, montadas por homens ou pro mulheres, ficando em 4º lugar o deslocamento por motos, em 5º patins, 6º pedestre, 7º ônibus e em 8º e 9o o táxi e o carro, respectivamente. Mesmo para deslocamento mais longos como do Centro à Ipanema (cerca de 13 km) a bicicleta ficou em 4º lugar, perdendo só para moto, metrô e táxi e ficando à frente dos ônibus e dos carros e nesse caso uma integração com esses outros modos de transporte público pode e deve ser uma situação de ganho mútuo.

Outra vantagem é que a bicicleta permite uma grande autonomia. Está disponível a qualquer hora, pode levar a qualquer destino - diretamente ou como um meio intermediário de transporte - sendo tão cômoda para esse fim como um automóvel (com custo de aquisição e manutenção de, no mínimo, 40 vezes menos, não computado o ganho ambiental) além de ser menos rígida que um transporte público.

É, portanto um modo flexível para deslocamentos porta a porta, fácil de montar, parar, mudar de rota e ocupa muito pouco espaço, inclusive para estacionar. Uma ciclovia com 2 m de largura tem uma capacidade de pelo menos 2.000 ciclistas por hora e o custo de execução é aproximadamente 20 vezes menor do que o correspondente para executar uma via de circulação de veículos com a mesma capacidade. Além disso, pequenas medidas como a redução de velocidade para 30 km/h nas vias de baixo trânsito, nas chamadas "Zonas 30", permitem que as bicicletas possam andar junto com o tráfico motorizado, sem a necessidade de espaço exclusivo.

Esta forma, que é comum em várias cidades do mundo, também está presente em vários bairros do Rio de Janeiro, com destaque para Copacabana, onde são realizadas mais de 60.000 viagens/dia em bicicleta, sendo que cerca de 25.000 são para serviços de carga e entrega.

Embora a bicicleta seja acessível a qualquer pessoa com um estado de saúde normal, não sendo necessário ser nenhum atleta para conduzi-la na faixa de idade de 8 a 80 anos, muitos alegam alguns inconvenientes como topografias mais íngremes, limitação de carregamento de cargas ou crianças, riscos de roubos como impeditivos para o deslocamento via bicicletas, que sem dúvida existem como em qualquer meio de transporte, mas que podem ser superados sem grandes esforços.

De fato, casos de êxitos em cidades com clima chuvoso, frio ou com topografia mais íngreme mostram que esses não são obstáculos fundamentais. Copenhagen é a cidade de maior porte no mundo que usa a bicicleta como meio de transporte (quase a metade da população) e tem temperatura na maior parte do ano muito fria chegando a menos 20 graus no inverno. Na cidade de Lorena, em São Paulo, onde quase toda população se desloca em bicicleta (90.000 habitantes) tem temperatura condizentes com o Rio de Janeiro.

A um custo razoável, diferentes acessórios ou bicicletas adaptadas estão disponíveis para atenuar os inconvenientes, como as bicicletas com marcha, cestas, reboques e até mesmo o chamado pedal assistido (bicicletas elétricas). Bicicletários, inclusive nas estações de trem, metrô e rodoviárias, associados a boas travas são boas medidas para inibir os roubos cujos índices são infinitamente menores que os dos carros. Além das características de eficácia e eficiência para solucionar as viagens urbanas, a bicicleta contribui para o desenvolvimento de diversas políticas urbana em termos de meio ambiente, saúde, qualidade de vida, economia e inclusão social.

A bicicleta é uma ferramenta útil às cidades para levá-las mais rapidamente para um modelo sustentável, proporcionando mais seguranças nas vias em relação ao tráfico motorizado, economia de energia num mundo cada vez mais com crescentes necessidades de consumo energético, além de não emitir poluentes atmosféricos, inclusive gases de feito estufa, ou de solo. Mesmo quando pensamos desde a fabricação até converter-se em resíduos os contaminantes são extremamente reduzidos em comparação com os veículos motorizados.

O impacto sobre o território é muito menor que a de outros meios de transporte, pois a circulação e o estacionamento das bicicletas requerem uma superfície muito menor do espaço urbano do que os automóveis e, portanto, elas reduzem o impacto sobre a paisagem.

Tenho convicção que a bicicleta humaniza o trânsito na medida em que é um transporte silencioso, facilitando o contato entre as pessoas que transitam pelas ruas, gerando um clima de convivência e comunicação entre os cidadãos, pois no final de contas é apenas uma "pessoa com rodas". Se não houvesse todas essas vantagens, o uso constante da bicicleta tem uma relação comprovada com a melhora da saúde dos seus usuários, especialmente para prevenir e combater a obesidade, hipertensão e diabetes.

Os indicadores para essas moléstias nas cidades com uso intensivo da bicicleta como meio de transporte são reduzidos quando comparados com outras cidades com baixo uso da bicicleta como meio de transporte.

É claro que essas vantagens, em nível coletivo, somente pode ser verificadas se houver uma transferência de viagens motorizadas para a bicicleta, ou seja, se uma parte dos usuários dos automóveis forem convencidos a se deslocarem por outros meios de transporte mais eficientes do ponto de vista socioambiental.

Porém, se um município não fomentar o aumento do uso da bicicleta acompanhado de compromissos do ponto de vista socioambiental, por si só a utilização das bicis terá um efeito reduzido, porque não se modificarão as bases de um modelo de mobilidade urbana se ele for insustentável. É um caminho longo, mas que estamos com boas perspectivas de futuro.

**** Vice-prefeito e Secretário de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro.***

A Educação e a Sustentabilidade.

*Ben Sangari**

O debate sobre a sustentabilidade de nossas atividades no planeta não pode mais excluir as questões relativas à Educação, pois o fato inegável é que chegamos a esta situação de alarme ambiental e social justamente pelo fato de que as metodologias de ensino utilizadas pela humanidade nos últimos séculos, que evoluíram relativamente pouco em comparação com outras ciências, falharam na preparação das sociedades para uma vida sustentável.

Ainda que seja importante defender atividades pontuais como reciclagem da água e insumos, reaproveitamento do lixo, redução dos gases nocivos à atmosfera e produção de combustíveis alternativos, entre muitas outras, é preciso articular, desde já, processos educativos que possibilitem uma mudança radical no olhar da humanidade em relação ao seu ambiente, algo que exige novas maneiras de educar.

Se aceitamos o fato de que as sociedades que temos são resultado direto dos níveis educacionais que alcançamos, então não há como fugir da dura realidade de que para refrearmos a degradação do planeta é preciso repensar os modelos educacionais. E com urgência.

Por essa razão, é preciso ampliar a abrangência do conceito de sustentabilidade para muito além das fronteiras ambientais, levando-o até onde ele realmente é decisivo, ou seja, na articulação de uma Educação para a Sustentabilidade.

Entretanto, a Educação para a Sustentabilidade não significa, apenas, ensinar os estudantes a promover a coleta seletiva de lixo ou a cuidar bem do jardim de casa e da escola. Para muito além disso, a Educação para a Sustentabilidade exige que os alunos aprendam a pensar por si próprios, desenvolvendo o espírito crítico necessário ao melhor desenvolvimento social.

Hoje, os índices de aprendizado no Brasil evidenciam com enorme clareza o fato de que nossa Educação é tudo menos sustentável, pois os estudantes deixam a escola sem terem aprendido o que se esperava que aprendessem. Esta visão imediatista da Educação, que se preocupa extremadamente com indicadores como alunos matriculados, número de escolas e quantidades de livros, precisa adotar como principal referência a questão da aprendizagem, pois este é o único dado que realmente importa quando falamos de Educação.

A relação direta entre Educação e Sustentabilidade pode ser vista por meio de estudos como o de Ricardo Paes de Barros, Diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplica (IPEA), e Rosane Mendonça, Doutora em Economia pela UFRJ, que buscou avaliar a relação entre "Investimento em Educação e Desenvolvimento Econômico". Os resultados são muito reveladores e merecem atenção.

Segundo o estudo, a eliminação do atraso educacional amplia o crescimento da renda per capita dos salários industriais e das exportações entre 15% e 30%, ao mesmo tempo em que melhora as oportunidades e a qualidade de vida das pessoas em função do fato de que mais instrução diminui o tamanho das famílias.

O estudo revela, ainda, que a eliminação do atraso educacional amplia entre 20% e 25% o tempo de vida dos indivíduos, que passam a receber e compreender melhor informações sobre saúde, higiene e alimentação, além do fato de que gera melhor qualificação para o trabalho, ampliando o acesso à renda.

Esse aumento da qualidade de vida reflete-se, ainda, nos indicadores de escolaridade, pois a eliminação do atraso educacional eleva a presença de estudantes no nível secundário em 17%, o que explica de modo absoluto por que investimentos em educação melhoram a qualificação das pessoas para a vida profissional.

Há uma relação direta entre Educação e Sustentabilidade que precisa fazer parte dos debates que cercam a preocupação com o ambiente. Embora ações pontuais de proteção ambiental sejam importantes e necessárias, precisamos compreender que somente uma revolução educacional vai permitir mudanças realmente significativas a médio e a longo prazo no que diz respeito à sustentabilidade de nossas atividades econômicas.

** Presidente da Sangari Brasil e do Instituto Sangari .*

BRADESCO. A MARCA DE BANCO MAIS VALIOSA NO BRASIL.

O Bradesco foi apontado como a marca de Banco mais valiosa do País no ranking 2012 elaborado pela revista IstoÉ Dinheiro, em parceria com a BrandAnalytics/Millward Brown. Esse resultado é muito importante para o Bradesco porque o valor de uma marca é construído dia a dia com transparência, ética e respeito a clientes e acionistas.

TM Rio 2016 | Todos os direitos reservados.

Bradesco

NEOGAMA/BBH

Baixe um leitor de QR Code em seu celular e aproxime o telefone do código ao lado.

Fone Fácil Bradesco: 4002 0022 / 0800 570 0022
SAC – Alô Bradesco: 0800 704 8383
SAC – Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099
Ouvidoria: 0800 727 9933

bradesco.com.br
twitter @Bradesco
Curtir facebook.com/Bradesco

A Irlanda e o Desenvolvimento Sustentável.

*Frank Sheridan**

A Irlanda é um país pequeno. Tem uma população equivalente a três quartos da população do Rio de Janeiro e um território que caberia no Brasil 120 vezes. Mas apesar da recente crise bancária e a crise de dívida na Europa, as exportações irlandesas estão em nível recorde – perto de 70% do Produto Interno Bruto e equivalente a 50% do nível de exportações brasileiras. Este desempenho excepcional das exportações irlandesas foi a base para a sólida recuperação econômica.

Há sessenta anos, a Irlanda era um dos países mais pobres da Europa com altos índices de migração, uma economia baseada em agricultura de baixa escala e pouco comércio internacional. Hoje em dia, muito do seu bem sucedido comércio internacional é atribuído ao fato de o país abrir sua economia e atrair altos níveis de investimento estrangeiro direto (IED).

IED não é apenas um importante componente das exportações irlandesas – ele fez da Irlanda um centro global ou europeu para mais de mil empresas bem conhecidas nos setores de alta tecnologia – como, por exemplo, Ciências Humanas, Serviços Financeiros, Tecnologia Verde e um conjunto de serviços empresariais comercializados internacionalmente. Esses setores cresceram e se diversificaram, ajudando essas empresas a se tornarem altamente lucrativas e estrategicamente importantes. Além do mais, a partir das importantes perspectivas de qualidade de vida e desenvolvimento turístico, o fato de que a economia irlandesa ter sido modernizada nas últimas décadas significa que a nossa revolução industrial foi limpa, com pouca indústria pesada e um meio ambiente bem preservado.

Assim, no contexto da Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, e seu objetivo de colocar a economia global em um caminho verde, a Irlanda tem a capacidade, vontade e a resiliência para fazer um bom progresso.

Um forte atrativo para o IED tem sido a priorização da educação no governo irlandês em mais de meio século. Essa ênfase em educação, do ensino fundamental à pós-graduação, e o compromisso de longo prazo para abrir o país ao comércio internacional têm sido fatores fundamentais de sucesso para atrair o investimento estrangeiro direto. Na verdade, elementos na política de educação têm sido ligados diretamente ao comércio, como por exemplo, o desenvolvimento de uma rede de institutos de tecnologia que trabalham com estreita colaboração com as empresas em suas regiões. O resultado é uma sociedade irlandesa etnicamente diversificada, com uma mão de obra qualificada e flexível, tanto que, empresários que necessitam de experiência técnica ou competência linguística de alto nível, conseguem encontrar facilmente.

"...no contexto da Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, e seu objetivo de colocar a economia global em um caminho verde, a Irlanda tem a capacidade, vontade e a resiliência para fazer um bom progresso."

Ao abrir sua economia, a Irlanda se orgulha em ser uma das economias mais abertas do mundo, com pouca ou nenhuma barreira tarifária, procedimentos eficientes e uma cultura governamental que apoia o comércio. Na prática, isso significa que é possível facilitar o rápido e eficiente estabelecimento de um negócio, com movimento relativamente fácil de bens e serviços e rápida localização e contratação de pessoal. Não menos importante no contexto de uma economia aberta, a Irlanda aproveitou com sucesso a sua posição geográfica como uma porta de entrada para a União Europeia, maior economia mundial (US$ 17,577 trilhões em 2010) com uma população de quase 500 milhões de pessoas.

As empresas multinacionais localizadas na Irlanda são um "Quem é Quem" de empresas bem conhecidas, líderes em suas áreas. Elas incluem na área de Tecnologia da Informaçãoa Intel, Microsoft, IBM, Oracle, Apple, Hewlett Packard e Dell. Na área de Ciências Humanas incluem Eli Lilly, Merck, Novartis, Pfizer, Abbott e Schering-Plough. Nos Serviços Internacionais incluem Google, Accenture, eBay, Facebook, Twitter, PayPal, Amazon, Yahoo e Hertz. Em Serviços Financeiros existem muitos nomes como Citibank, Banco Deutsche, Merrill Lynch, ABN Amro, J.P. Morgan e AIG. Nesta última área, em 2011 o valor do fundo de investimento domiciliado na Irlanda e administrado pelas empresas no Centro de Serviços Financeiros (Irish Financial Services Centre) em Dublin foi de €1.008 trilhão (US$1.31 trilhão).

O sucesso da Irlanda em atrair o IED baseia-se em quatro incentivos simples – talento, tecnologia, um forte histórico de sucesso e a carga tributária. Talento refere-se à força de trabalho flexível; tecnologia diz respeito à moderna infraestrutura em que empresas confiam; o histórico de sucesso baseia-se nas mais de 1000 empresas estrangeiras já estabelecidas na Irlanda, e a carga tributária refere-se à baixa taxa corporativa de 12.5% aplicada a investimentos. Todos eles são conduzidos pela IDA Ireland, uma agência promocional com um histórico excepcional de sucesso, a qual foi estabelecida pelo governo em 1949.

Na busca por desenvolvimento limpo e sustentável, admitimos que a Irlanda tenha uma vantagem que muitos países não têm. Devido à nossa conturbada história, houve uma grande imigração da Irlanda no século 19. Hoje, existem 4.5 milhões de pessoas na República da Irlanda, mas em todo o mundo existem 70 milhões de descendentes de imigrantes irlandeses. Estes compõem um recurso fundamental para criar a boa vontade necessária para atrair investimentos, promover exportações e serviços irlandeses e atrair o turismo internacional (7 milhões de turistas em 2011).

Na Irlanda acreditamos que nosso futuro é promissor, verde e limpo e desejamos reforçar aos nossos parceiros no Brasil, atuais e futuros, que a Irlanda é um país com o qual eles podem fazer bons negócios.

**** Embaixador da Irlanda no Brasil***

Difícil, mas não há outro caminho.

*Washington Novaes**

No emaranhado de notícias sobre as crises que cercam o mundo de hoje - clima, uso insustentável de recursos naturais, economia europeia - sobrevêm informações que despertam a esperança de que, apesar de tudo, se possa caminhar. Ou, pelo menos, definir - como nas discussões sobre a Conferência Rio+20 - rumos mais adequados.

Pode-se começar pela notícia (Estado, 24/3) de que a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo passará a calcular o índice de Felicidade Interna Bruta, mais amplo que o de evolução do Produto Interno Bruto (PIB), restrito a fatores econômicos, e que passará a ser apenas um dos componentes do novo índice, ao lado dos valores e custos ambientais, gastos com segurança pública, desastres naturais e outros. É um avanço importante. Desde a década de 1990, pelas mesmas razões, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) vem calculando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que inclui a esperança de vida ao nascer, taxas de alfabetização de adultos e de matrículas no ensino, ao lado do PIB per capita.

Há pouco tempo o presidente da França encarregou uma comissão integrada pelos prêmios Nobel Amartya Sen e Joseph Stiglitz, entre outros cientistas, de propor novo índice para medir o desenvolvimento que inclua esses novos fatores, a eles acrescentando o valor do trabalho doméstico, principalmente das mulheres, o valor do trabalho informal e outros. São caminhos para incorporar às políticas públicas ângulos que ficam de fora quando se dá prevalência absoluta a fatores apenas econômicos. Agora, divulga-se também (Folha de S. Paulo, 2/4) que a própria ONU "começa a implementar resolução que busca um "padrão holístico" para medir o desenvolvimento dos países", capaz de também de "mensurar a felicidade e o bem-estar dos povos". O tema será discutido na Rio+20, inclusive por Stiglitz. Brice Lalonde, secretário executivo da Conferência, pensa que ali será adotado um mandato de três anos para que a ONU defina indicadores alternativos ao PIB que incluam o peso dos impactos naturais.

Certamente não será fácil nem simples definir como valorar recursos e serviços naturais, in-

cluí-los nas contabilidades nacionais e internacionais, estabelecer critérios para cobrar o custo de impactos nessa área, dizer quem vai pagá-los - cada país, cada empresa, cada pessoa? O exemplo da tentativa europeia de taxar as emissões geradas na aviação e na navegação marítima é muito indicativo: onde se taxará - no país de origem, no destino ou nos países intermediários? Pode-se avançar também para o campo do comércio exterior: onde taxar as emissões geradas pela produção de bens exportados – no país de origem dos recursos ou nos países de destino, consumidores?

Ao que parece, os organizadores da Rio+20 esperam que ao final dos debates se produzam "pelo menos" quatro relatórios "de destaque" (Instituto Akatu, 3/4): uma carta oficial de compromissos dos países com o desenvolvimento sustentável, recomendações da sociedade civil aos governos, ações que possam ser assumidas pelos governos, empresas e cidadãos, e a lista de intenções e metas de desenvolvimento de cada país para seu âmbito interno - tal como enunciou a secretária do Ministério do Meio Ambiente, Samyra Crespo.

Se os princípios em discussão chegarem à prática, encontrarão panoramas difíceis, como o apontado pelo professor Ricardo Abramovay, da USP, segundo quem "a extração de recursos da superfície terrestre cresceu oito vezes durante o século XX, atingindo um total de 60 bilhões de toneladas anuais, considerando apenas o peso físico de quatro elementos: minérios, materiais de construção, combustíveis fósseis e biomassa" (Eco 21, fevereiro/2012). Insustentável. É o que começam a dizer tantos economistas sobre a finitude dos recursos materiais. Pelo mesmo caminho, diz o Instituto Carbono Brasil (Fabiano Ávila, 30/3), o aumento do PIB dos países emergentes tem ocorrido com "exploração abusiva da biodiversidade e dos recursos minerais". No caso brasileiro, ao aumento de 34% no PIB entre 1990 e 2008 teria correspondido um queda de 46% no "capital natural" no mesmo período. E acrescenta: "Se todos os fatores sociais, energéticos e manufaturados fossem levados em conta, o "crescimento real" do Brasil seria de apenas 3%". É a conclusão da Conferência Planeta sob Pressão, realizada em Londres.

Pena que num momento como este nossa presidente da República atribua a "fantasias" as críticas de vários setores à construção de hidrelétricas como Belo Monte e outras amazônicas, e diga que essas elucubrações distantes da realidade não serão discutidas na Rio+20. Porque, na sua visão, as críticas partem de quem acredita que o desenvolvimento ocorrerá apenas com energia solar (abundante) e eólica (já a preços competitivos) - até porque, segundo ela, não é possível "estocar vento".

O ex-ministro professor José Goldemberg já considerou o discurso da presidente "um mau presságio" para a Rio+20. E tem razão. O que se esperava é que, numa conferência como essa, o governo discutisse a matriz energética nacional; estudos como o que produziram a Unicamp e o WWF já em 2006, mostrando que o país pode economizar cerca de 50% da energia que consome – quase 30% com programas de eficiência e conservação de energia (tal como fez no apagão de 2001), 10% reduzindo as inacreditáveis perdas nas linhas de transmissão (próximas de 17%), e mais 10% repotenciando antigos geradores de usinas, a custos muito mais baixos. E que o governo se dispusesse a discutir o plano de expansão de usinas nucleares, no momento em que quase todo o mundo as abandona (porque são perigosas, caras e sem destinação para o lixo nuclear).

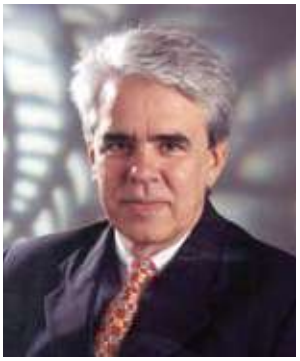
Mas não se deve perder a esperança – mesmo porque não há outro caminho.

ESSE ARTIGO FOI PUBLICADO NO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO EM 13/04/2012.

* *Ambientalista.*

Commodities e crescimento econômico.

*Roberto Castello Branco**



Ao longo dos últimos dez anos a rápida expansão das economias emergentes tem pressionado a demanda por commodities e seus preços, reacendendo o debate entre a exploração de vantagens comparativas e a ênfase na agregação de valor através da industrialização.

Difundiu-se pela mídia, sem que nenhum estudo sério lhe desse sustentação, o mito da "doença holandesa": a alta de preços de commodities conduziria à valorização da taxa de câmbio, o que condenaria a economia do país exportador à estagnação. Cultiva-se também outro mito: a "maldição dos recursos naturais", que levaria economias ricas em recursos naturais ao subdesenvolvimento e à pobreza.

As atividades de mineração, foco de atenções em vista da explosão da demanda chinesa, são encaradas como primárias, beneficiárias de dádivas da natureza e incapazes de criar valor para a sociedade.

No mundo real, a mineração é atividade complexa que requer substanciais investimentos.

Apesar de presentes da natureza, são necessários investimentos significativos para encontrar recursos minerais e testar a viabilidade técnica e econômica de sua exploração, exigindo equipamentos, geólogos especializados trabalhando em regiões remotas e centros de pesquisas e estudos com equipes multidisciplinares de alto nível.

É comum a adaptação de tecnologias ou a adoção de novas tecnologias para a lavra de diferentes depósitos do mesmo mineral. Além disso, o envelhecimento de uma jazida compreende mudanças que demandam o emprego de inovações. A região do Quadrilátero de Ferro, em Minas Gerais, é um caso típico, com depósitos com características diversas e cujo envelhecimento implicou na evolução de hematitas para itabiritos e, mais recentemente, para itabiritos duros, cada um requerendo um tipo distinto de processamento.

A transformação de minérios em metais é outro desafio a requerer inovações tecnológicas. Por exemplo, com a exaustão progressiva dos depósitos de níquel sulfetado no mundo, o desafio é a metalurgia do níquel limonítico, que de forma pioneira começa a ser superado pela Vale.

Nesse contexto, a Vale investiu US$ 5,7 bilhões em pesquisa e desenvolvimento nos últimos cinco anos, valor comparável ao que é despendido por grandes empresas envolvidas na produção de produtos de alta tecnologia.

O horizonte temporal é fonte de complexidade, demandando planejamento de longo prazo e à exposição a riscos. O prazo mínimo entre a descoberta de um depósito mineral e o inicio de produção é de dez anos. O Salobo, depósito de cobre descoberto pela Vale em 1978, face às necessidades de superar desafios tecnológicos começará a operar em 2012.

Os minerais se constituem em suporte indispensável da economia moderna. A construção civil, os bens de consumo duráveis, como automóveis e eletroeletrônicos, computadores, celulares, equipamentos, baterias, aeronaves, e uma geração de novos produtos, como smartphones, tablets, TVs de tela plana e carros elétricos dependem desses materiais.

Simultaneamente à urbanização da China e Índia, prevê-se que três bilhões de pessoas ascendam à classe media nos próximos vinte anos, o que, exceto por uma revolução tecnológica em prazo curto, ampliará a relevância da mineração para a economia global.

Os investimentos em mineração possuem impactos consideráveis sobre o restante da economia, como a construção civil, serviços de engenharia, indústrias de equipamentos para mineração, material ferroviário e portuário, construção naval etc. Como suas operações se situam em lugares remotos, a mineração constrói infraestrutura, incluindo hospitais e escolas, o que juntamente com a criação de empregos implica em oportunidades de mobilidade econômica e social para populações pobres.

A mineração é um negocio global, que compreende vocação exportadora e a geração de recursos em moeda estrangeira para o financiamento do balanço de pagamentos.

Torna-se inevitável citar o caso da Vale: entre 2002 e 2011 a companhia investiu US$ 70,8 bilhões[1] e gerou exportações para o Brasil de US$ 140,9 bilhões, constituindo-se no maior exportador do país.

Várias economias desenvolvidas são grandes exportadoras de commodities. Nos EUA, um quarto das exportações é de recursos naturais, na Austrália, Canadá, Noruega e Nova Zelândia, representam mais de 10% do PIB[2]. No Chile, cuja economia é a que mais cresceu na América Latina nos últimos trinta anos, as exportações de commodities são 48% das exportações totais e 17% do PIB[3].

Não há maldição ou condenação à pobreza. Instituições que se oponham fortemente à corrupção, regimes de câmbio flexível, ênfase no investimento em educação e infraestrutura, políticas fiscais contracíclicas e um ambiente favorável ao investimento privado são garantias para que essa profecia não se realize.

Diretor de Relações com Investidores da Vale.

[1] Valor dos investimentos sem aquisições. Incluindo as aquisições, a Vale investiu US$ 95,7 bilhões entre 2002 e 2011.
[2] Na Noruega as exportações de *commodities* correspondem a 22,5% do PIB.
[3] No Brasil as exportações de *commodities* representaram 44,6% das exportações totais e apenas 4,3% do PIB em 2011.

O que você quer fazer nos próximos anos?

HEADS

A Petrobras é uma empresa que não para de superar desafios. Com imagem sólida e de confiança, ela é hoje uma das maiores empresas de energia do mundo. Isso é resultado de muito trabalho, investimento e transparência. E, para crescer cada vez mais, a Petrobras vai continuar investindo: serão 389 bilhões de reais até 2015, o maior plano de negócios do mundo. Tudo para cumprir a previsão de dobrar a produção de petróleo e gás no País.

Venha liderar com a gente. Pegue o seu lugar no futuro. www.petrobras.com.br/venhacomagente

Dow Jones Sustainability Indexes
Member 2009/10

COMPANHIA LISTADA PETR3 BM&FBOVESPA

COMPANHIA LISTADA PETR4 BM&FBOVESPA

BR PETROBRAS

O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

IBEF certificará e premiará *cases* de Sustentabilidade.

Pelo segundo ano consecutivo, o Prêmio IBEF de Sustentabilidade tem como objetivo estimular atitudes sustentáveis e reconhecer ações desenvolvidas por empresas na área.

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF Nacional irá certificar e premiar *cases* sustentáveis de empresas e administrações, com o objetivo de estimular e divulgar os avanços na área da Sustentabilidade Corporativa, além de reconhecer as ações que estão sendo realizadas em prol do crescimento econômico, preservação ambiental e o bem estar social. Em seu segundo ano, o Prêmio IBEF de Sustentabilidade conta com o patrocínio da **Vale, Grupo Pão de Açúcar, PricewaterhouseCoopers e Cemig**, companhias com forte atuação e exemplos na área.

Criado em 2010, o projeto "**Prêmio IBEF de Sustentabilidade**" foi desenvolvido para orientar a atuação das empresas nos diversos aspectos que envolvem o tema, tais como: a responsabilidade ambiental, justiça social, viabilidade econômica, gestão, conflitos, governança e estrutura da operação. O direcionamento estratégico foi baseado no livro "Avaliação de Investimentos Sustentáveis", de autoria de Marcos Rechtman (Diretor do IBEF) e Carlos Eduardo Frickmann. Os autores, por meio de pesquisas, estudos e orientações de profissionais da área, estabeleceram conceitos de direção e gestão empresarial, - a Metodologia do Pentágono em Sustentabilidade - caracterizando e disseminando a responsabilidade socioambiental como paradigma complementar à performance econômico-financeira.

É de responsabilidade do IBEF contribuir para o aprimoramento e fortalecimento do segmento das finanças corporativas, visando desenvolver princípios que somem valor as empresas, de modo a conciliar os interesses dos acionistas e da comunidade como um todo", disse Marcos Varejão, Diretor Executivo do IBEF-Rio. "A viabilidade econômica é um dos pilares que norteiam o caminho da sustentabilidade. Ou seja, se a empresa não tiver condições de se autossustentar, não terá condições de praticar ações na área. O objetivo do projeto é levar a ideia do verdadeiro sentido da sustentabilidade, por meio de *cases* premiados e assim estimular a adoção de práticas viáveis", completou.

As empresas que possuírem um projeto na área de sustentabilidade poderão tê-lo aprovado, certificado e possivelmente premiado. Basta inscrevê-lo em uma das cinco categorias que envolvem a premiação - Valorização, Gestão, Governança Corporativa, Administração de Conflitos e Estrutura da Operação, observando os critérios e regulamento no site www.ibefrio.org.br. Os mesmos serão avaliados por um comitê técnico de reconhecida atuação nas respectivas áreas.

Os vencedores de cada categoria serão premiados em evento que será realizado em Julho de 2012 no Jockey Club Brasileiro, no centro do Rio de Janeiro. Na oportunidade, receberão o troféu "Ecosofia", nome escolhido para a escultura desenhada por Gianni Patuzzi exclusivamente para o **Prêmio IBEF de Sustentabilidade**. Além disso, os premiados terão seus projetos divulgados pela instituição e serão convidados especiais nas palestras e seminários do IBEF.

A jornalista Renata Vasconcellos com os diretores do IBEF e das empresas patrocinadoras do Prêmio IBEF de Sustentabilidade 2011.

Empresas Certificadas 1º Prêmio IBEF de Sustentabilidade

AVALIAÇÃO DE GESTÃO	ESTRUTURA DA OPERAÇÃO	GOVERNANÇA CORPORATIVA	ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS	VALORIZAÇÃO
PREVI *	Grupo Pão de Açúcar *	CPFL Energia *	Confederação Brasileira de Voleibol - CBV *	Canal Futura *
Appi Tecnologia S.A.	Central 24 Horas	Fundação Universitária José Bonifácio - FUJB	L. A. Contab	Neovia Telecomunicações
Banco do Brasil S.A.		Fastclean Estética Automotiva		
CEDAE				
COELCE				
Plurale em Revista				

*Empresas vencedoras em 2011

O maior legado para o Rio.

*Paulo Senise**

O Rio de Janeiro já está colhendo os frutos dos investimentos que vem recebendo em função da preparação para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Prova disso é o ranking divulgado recentemente pela ICCA (Associação Internacional de Congressos e Convenções) que aponta o Rio como a cidade brasileira que mais recebeu eventos internacionais em 2011. Feito que alcançou pela última vez em 2005. Desde então, o topo da lista era liderado por São Paulo. No ano passado, no entanto, a Cidade Maravilhosa foi destino de 69 eventos contra 60 da capital paulista. Além disso, subiu para segunda posição considerando-se apenas as Américas – ficando atrás apenas de Buenos Aires - e também galgou posições no ranking geral, passando de 31º para 27º entre os principais destinos para congressos e feiras internacionais.

Outra notícia recente que expõe o cenário favorável pelo qual o Rio vem passando é que ela figura também na relação das 25 finalistas ao prêmio de melhor cidade para o esporte de 2012, reconhecimento concedido pela publicação inglesa Sport Business. Entre outros critérios, as candidatas são avaliadas de acordo com a importância e a quantidade de eventos esportivos sediados nos últimos anos e programados para os próximos. Mas, independentemente do resultado da eleição, essa correlação vem em boa hora. Isso porque vivemos um momento em que a cidade se esforça para mostrar ao mundo a sua capacidade para a realização dos jogos e os legados deixados à população após a passagem dos atletas.

E tanto o ranking da ICCA quanto a iniciativa da Sport Business reforçam a sensação de que o legado já está acontecendo. Não à toa o Rio Convention & Visitors Bureau recebe a cada semana mais e mais contatos de empresas e instituições interessadas em trazer mais eventos para cá. Resultado disso é a excelente "dor de cabeça" de um calendário recheado, onde trabalhamos para realocar novos eventos, garantindo assim a satisfação de todos.

E para que esse bom ambiente continue é importante apontar as mudanças que a cidade já vem passando e os benefícios que ainda virão. Em uma das ações nesse sentido, o Rio C&VB e a RioTur, por exemplo, promoverão a imagem da cidade durante as Olimpíadas de Londres, em julho e agosto deste ano. Ao longo das competições esportivas, botecos temáticos montados em 26 unidades da rede de restaurantes Las Iguanas, com quatro unidades em Londres e os outros 22 em outras cidades da Inglaterra, apresentarão o Rio aos 500 mil turistas esperados para o grande evento. Eles conhecerão não só o charme de um botequim carioca, com direito a comida típica, caipirinha, shows de samba e MPB, como irão mais longe.

Isso porque, mais do que uma simples ação promocional do Rio, o Botequim irá propor o debate sobre a capacidade da cidade e a sua estrutura para receber eventos, além de seus impactos socioeconômicos. Assunto de suma importância, em um momento em que o turismo de eventos no Rio cresce e se consolida a cada ano como uma importante atividade econômica para a cidade.

Tanto é que o Rio Convention apoiou a captação, em 2011, do número recorde de 29 eventos para serem realizados na cidade, um crescimento de 50% em relação a 2010, o que representa uma receita de US$ 41 milhões e na vinda de mais de 38 mil turistas à Cidade Maravilhosa. Em 2012, a demanda deve se manter em crescimento. O Rio já tem agendado 124 eventos, 52 deles internacionais. Com isso, a estimativa é de que esses encontros atraiam 159.000 visitantes e gerem uma receita de US$ 161 milhões.

Com isto, não há dúvidas de que, embora a Copa e as Olimpíadas sejam as meninas dos olhos, inúmeros outros eventos - muitos deles silenciosos por não terem grande potencial de divulgação ou por serem extremamente segmentados - virão ao longo dos próximos anos, desencadeando novas oportunidades para os brasileiros. Esse será, provavelmente, um dos maiores legados para o Rio de Janeiro.

Superintendente do Rio Convention & Visitors Bureau.

agência mood³

Imagens meramente ilustrativas.

Grupo CCR: mais pessoas chegando lá com qualidade, serviços e infraestrutura.

Há mais de dez anos, o Grupo CCR mostra seu compromisso com o desenvolvimento e o crescimento das regiões onde atua. E, hoje, é um dos maiores grupos de infraestrutura do mundo pronto a oferecer o melhor atendimento em concessões de rodovias, transporte de passageiros, inspeção veicular ambiental, operação eletrônica de pagamento e operação de aeroportos. A CCR continua trabalhando e investindo para o Brasil chegar lá cada vez mais preparado para o futuro.

CCR. É POR AQUI QUE A GENTE CHEGA LÁ.

CCR

Ponte NovaDutra ViaLagos RodoNorte AutoBAn ViaOeste RodoAnel Renovias ViaQuatro STP Controlar Actua Engelog EngelogTec SPVias

www.grupoccr.com.br

Casa da Moeda: busca constante de tecnologia inovadora e diversidade de produtos

*Francisco de Assis Franco**

A Casa da Moeda do Brasil, fundada há mais de 318 anos, é uma empresa pública com tecnologia de ponta, que tem como principal atividade a fabricação de cédulas e moedas, além da impressão de selos postais e fiscais federais e passaportes com chips.

Desde 2008, a empresa vem apresentando crescimento expressivo com aumento significativo do faturamento, ampliação de investimentos, modernização do parque industrial e diversificação dos produtos oferecidos.

O faturamento bruto em 2008, que era de R$ 783 milhões, passou para R$ 2,7 bilhões em 2011 e a receita líquida de R$ 761 milhões em 2008 saltou para R$ 2,6 bilhões em 2011. Já o lucro líquido, de R$ 103, 5 milhões em 2008 subiu para R$ 502 milhões em 2011. O programa de modernização da empresa elevou o crescimento anual dos investimentos em 413,4% nos anos de 2008 a 2011.

O aumento no número de empregados, ocorrido de forma planejada, acompanhou o crescimento da demanda de seus produtos, passando de 2.109 colaboradores em 2008 para 2.754 em 2011.

A estatal tem atendido plenamente a demanda de cédulas e moedas do Banco Central do Brasil, que tem sido crescente, em decorrência do aumento do poder aquisitivo da população brasileira. O número de cédulas produzidas para o Banco Central do Brasil em 2008 era de R$ 2 bilhões, passando para R$ 2,5 bilhões em 2011. Deve-se registrar que a

Casa da Moeda também está exportando cédulas para outros países, como Argentina e Venezuela.

Em busca de produtos cada vez mais seguros para os clientes da empresa, em especial para o Banco Central, Receita Federal e Polícia Federal, a Casa da Moeda tem investido em tecnologia e inovação, por meio de desenvolvimento autônomo ou em parceria com fornecedores, universidades e centros de pesquisa.

Como exemplo de produto inovador destaca-se o "selo fiscal digital", para controle da produção de bebidas frias (refrigerantes, água mineral, etc.) utilizado no Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe). O Sicobe, também identifica o tipo do produto, o fabricante e a data de fabricação, utilizando códigos seguros, que permitem à Receita Federal o rastreamento, em tempo real, de cada bebida produzida no país. Atualmente, já estão em funcionamento os equipamentos de selo fiscal em todos os fabricantes de bebidas frias.

Utilizando a mesma tecnologia de "selo digital", o Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (Scorpios) faz o controle da fabricação de cigarros e está instalado em todos os produtos que se destinam ao mercado nacional. Esses dois sistemas, Sicobe e Scorpios, estão sendo responsáveis pela redução significativa da sonegação fiscal.

Por isso, nosso principal objetivo à frente da empresa é justamente garantir que esse crescimento seja sustentável e que seja mantida a lucratividade da estatal.

Com essa variedade e complexidade de produtos, a Casa da Moeda acaba por ser um dos elos de uma cadeia produtiva ampla, que envolve fornecedores e clientes inseridos em diversos mercados de variados matizes e especificidades, envolvendo, por vezes, monopólios e oligopólios.

Neste particular, de forma a garantir uma governança corporativa eficiente e comprometida com os objetivos e interesses do seu acionista e, em última análise, dos cidadãos brasileiros, é objetivo da empresa intensificar a análise econômica dos mercados onde está inserida, aprofundando seus conhecimentos sobre os mercados relevantes, estudando as cadeias upstream e downstream, assim como desvendando as barreiras à entrada nos mercados com os quais se relaciona.

Finalmente, a Casa da Moeda, por ser uma empresa pública, e que deve dar transparência total às suas atividades, disponibilizará um serviço de ouvidoria para receber reclamações, denúncias, elogios e sugestões, estreitando assim os laços com os cidadãos, seu principal cliente.

Presidente da Casa da Moeda do Brasil.

Day Trade Sustentabilidade

MODA SUSTENTÁVEL

Sustentabilidade também é moda. Prova disso é o resultado do empreendedorismo da empresa Ciclo Ambiental, que está produzindo roupas e acessórios com garrafas PET recicladas e misturadas ao algodão. Ao passarem por um processo industrial, o material das embalagens - feitas de politereflalato de etileno 100% reciclável - é derretido e transformado em fibras de poliéster. Associadas ao algodão, serve como matéria-prima para produção de cerca de três mil peças mensalmente, como brindes em empresas estatais e privadas. O faturamento anual chega a R$ 30 mil.

RIO+20 NA WEB

Os brasileiros que quiserem participar das discussões que envolvem a Rio +20 poderão contribuir com o tema a partir de um novo site lançado pela Organização das Nações Unidas (ONU). A iniciativa inédita, apresentada pela ONU em maio último, no Rio de Janeiro, faz parte de uma campanha de conversa global para incentivar os brasileiros a se manifestarem sobre como seria o futuro em um mundo mais sustentável. "A discussão sobre desenvolvimento sustentável só será um sucesso se a opinião pública em cada país se envolver e fizer pressão sobre governos e empresas, com contribuições envolvendo o tripé economia, ambiente e social. A nossa proposta aqui no Brasil é envolver a sociedade civil nessa discussão, para que ela se manifeste sobre o que quer para daqui a 20 anos", explicou o diretor do Centro de Informações das Nações Unidas para o Brasil (Unic Rio).

CARBONO COMPENSADO

A Suzano Papel e Celulose é a primeira empresa na América Latina, e a primeira de celulose e papel no mundo, a quantificar a pegada de carbono de seus produtos com base na metodologia internacionalmente reconhecida PAS 2050, e a receber o selo Carbon Reduction Label, concedido pela instituição britânica Carbon Trust, conhecida pela promoção de uma economia de baixo carbono. A Pegada de Carbono é uma terminologia designada para quantificar as emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) ocorridas ao longo do ciclo de vida de produtos e/ou serviços. No caso de um produto, são calculadas as emissões, desde a produção das matérias-primas até sua disposição final.

EMBALAGEM SUSTENTÁVEL

Um estudo realizado pela Tetra Pak mostrou que 88% dos 6,6 mil consumidores e 200 formadores de opinião entrevistados em dez países preferem embalagens recicláveis. Além disso, 77% deles afirmam ter comprado produtos cujas embalagens agridem menos a natureza. O estudo também identificou que quase 70% dos consumidores pesquisaram assuntos relacionados a questões ambientais nos últimos 12 meses, contra 40% em 2005. O índice de consumidores que encaminharam suas embalagens e resíduos para a reciclagem também aumentou, pulando de 70% em 2007 para 90% em 2011. Cerca de 78% mostram disposição para comprar alimentos ou bebidas em embalagens "verdes" caso esses produtos custem o mesmo valor que os tradicionais. A garantia de qualidade seria a motivação de 74% da amostra para esse tipo de compra. Já o percentual de consumidores que concordam em pagar mais por produtos com embalagens "verde" é de 28%.

terminais marítimos

Operamos dois terminas adjacentes no Porto do Rio de Janeiro, o Terminal de Contêineres MultiRio e o Terminal de Veículos MultiCar, ambos sob concessão da Cia Docas do Rio de Janeiro

portos secos

Localizados estrategicamente nas cidades do Rio de Janeiro, Resende e Juiz de Fora, recebemos carga importadas e a exportar sob diversos regimes aduaneiros

terminais aeroportuários*

Geograficamente localizado entre os principais aeroportos brasileiros, o Aeroporto Regional da Zona da Mata está equipado para decolagem e pouso dos maiores aviões cargueiros e de passageiros

logística integrada

Através da nossa rede integrada de portos marítimos, portos secos e terminais aeroportuários, oferecemos soluções customizadas de logística integrada

Usando tecnologia de ponta como: SAP R/3, Navis SPARCS e também software proprietário, oferecemos rastreamento em tempo real de toda a cadeia logística.

* Totalmente operacional até Junho 2011

MULTITERMINAIS
LOGÍSTICA INTEGRADA

Av. Nilo Peçanha 11 - Grupo 405
Rio de Janeiro, Brasil - 20.020-100
Tel +55 21 3095-6600
Fax +55 21 2262-9486

contato@multiterminais.com.br
www.multiterminais.com.br

SENERGEN DO BRASIL

A Senergen Energia Renovável foi a representante do Brasil na Conferência de Meio Ambiente em Estocolmo, na Suécia. A empresa mostrou um case da empresa 100% brasileira para ilustrar o que se espera de tecnologias sustentáveis para o mundo, nas próximas décadas. Eles mostraram que matéria orgânica de lixo (MOL), restos agrícolas e até dejetos de animais podem ser transformados em energia limpa - e seus componentes são transformados em matérias-primas para outros produtos. Enquanto o aço é vendido como sucata, o óleo é utilizado como combustível para a geração de energia elétrica ou térmica e os gases são queimados no próprio processo de Conversão de Baixa Temperatura (CBT).

NESTLÉ É A+

O relatório de Criação de Valor Compartilhado de 2011 da Nestlé recebeu A+ da *Global Reporting Initiative* (GRI), organização nãogovernamental que promove a elaboração de relatórios de sustentabilidade que podem ser adotados por todas as organizações do planeta. A companhia também é a primeira empresa alimentícia a obter essa classificação. O objetivo da companhia com o relatório é transmitir informações com transparência sobre seu impacto positivo na sociedade e como isso está intimamente relacionado com o desenvolvimento de negócios de sucesso no longo prazo. O documento apresentado enfatiza os progressos e desafios da empresa nas áreas de nutrição, água e desenvolvimento rural, assim como o desempenho em sustentabilidade e compliance.

SOLAZYME E BUNGE

A Solazyme, empresa de óleos renováveis e bioprodutos, e a Bunge Global Innovation LLC, de alimentos e agronegócio, anunciaram recentemente investimentos da ordem de US$ 100 milhões em *joint venture* para produção de óleo renovável em escala comercial no Brasil. A nova empresa irá operar sob o nome Solazyme Bunge Produtos Renováveis Ltda.. A planta utilizará a tecnologia de produção de óleos customizados da Solazyme, aliada à capacidade de produção e processamento de cana da Bunge, para produzir óleos triglicérides customizados, utilizados em aplicações industriais não alimentícias no mercado doméstico brasileiro. Esta parceria gerará cerca de 80 empregos diretos na operação da fábrica e aproximadamente 250 durante a sua construção. A capacidade anual projetada é de 100.000 toneladas de óleos.

TESES SUSTENTÁVEIS

A Universidade de São Paulo (USP) acaba de lançar um portal com cerca de 1,3 mil teses e dissertações de mestrado e doutorado sobre temas que serão tratados durante a Rio+20. O conteúdo foi produzido entre junho de 1992 e setembro de 2011 e pode ser consultado por meio de buscas por autor, resumo e palavra-chave, além do download de pesquisas completas. Segundo um dos coordenadores do projeto, o professor titular de geografia da USP, Wagner Costa Ribeiro, a criação do portal foi uma forma de fazer a instituição participar dos debates da conferência. Os trabalhos disponíveis foram articulados, reunidos e disponibilizados para a sociedade e para os tomadores de opinião.
Vale a consulta:
http://citrus.uspnet.usp.br/usprio+20/?q=home.

10 + SUSTENTÁVEIS

Um estudo elaborado pela Interbrand, denominado Best Global Green Brands, elegeu as 50 marcas com maior preocupação nos âmbitos ambiental, social e econômico de 2011, abrangendo o tripé da sustentabilidade (*The Triple Bottom Line*). A Toyota é a primeira do *ranking*, seguida pela 3M e Siemens. Em seguida estão Johnson & Johnson, HP, Volkswagen, Honda, Dell, Cisco e Panasonic. A Toyota alcançou uma elevada pontuação e ocupa o topo da lista, principalmente, por um de seus principais projetos (o Prius) ter se tornado sinônimo de veículos híbridos. Sua parceria com a Tesla, em 2010, para desenvolver um veículo ambientalmente correto também resultou em bons resultados; além disso, sua frota logística tem sofrido alterações para a redução na emissão dos GEE (Gases do Efeito Estufa).

ERICSSON

Em seu relatório anual de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa – "*Technology for Good*" (Tecnologia para o Bem), divulgado em 05 de maio de 2012, a Ericsson confirma sua visão no poder transformador da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para impulsionar o desenvolvimento. Entre os destaques do relatório estão as soluções eficientes em energia, cujo setor pode ajudar a liderar a transição para uma economia de baixo carbono por meio de maior eficiência no uso dos recursos. O setor de TIC contribui com cerca de 2% das emissões de dióxido de carbono, mas tem o potencial de compensar uma porção significativa dos 98% restantes gerados por outros setores. A pesquisa da Ericsson indica que o aumento no consumo geral de energia das TICs será moderado, graças aos ganhos em eficiência energética até 2020.

RIO + SOCIAL

O Rio+Social é um evento que acontecerá no dia 19 de junho, no Rio de Janeiro, na véspera do histórico Rio+20. É um projeto que une a Fundação das Nações Unidas, Ericsson e EDP para criar o primeiro evento da América Latina que conecta pessoas em nível global para explorar o potencial das mídias sociais e da tecnologia. Tudo com o objetivo de incentivar a construção de um futuro melhor, mais sustentável e inovador para o nosso planeta. O Rio+Social irá garantir que o diálogo sobre assuntos que vão desde energia sustentável até a erradicação da pobreza saiam das salas de reunião do Rio+20 e sejam enriquecidos com ideias vindas de pessoas de todo o planeta. "A cada minuto, as mídias digitas estão abrindo portas para vozes novas e jovens participarem do debate global sobre desenvolvimento", diz Kathy Calvin, CEO da Fundação das Nações Unidas. "Os líderes globais estão ouvindo e, melhor ainda, estão trabalhando com a colaboração desses pioneiros do evento *Social Good Summit* para mudar a forma como buscamos soluções globais".

Por que ficou tão caro produzir no Brasil?

*José Ricardo Roriz Coelho**

Caminhamos para ser a quinta economia global, mas até quando poderemos sustentar tal posição com tantas fragilidades no sistema produtivo, elevadas taxas de juros, alta carga tributária, infraestrutura precária e cara? Como queremos ostentar a condição de nação desenvolvida se os brasileiros pagam quase 40% de impostos e se deparam com um dos custos de vida mais elevados do mundo? Os graves efeitos do "Custo Brasil" na produção manufatureira são evidenciados em estudos de respeitados organismos nacionais e internacionais. O setor é o que mais sofre com os persistentes ônus.

Em 2011, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), os impostos pagos pelos brasileiros atingiram 33,99% do PIB, superando os 32,72% de 2010. Isso está muito acima da média de 25,5% nos países com os quais competimos. Para a indústria de transformação o problema é mais grave. Embora responda por 16,6% do PIB, ela contribui com 37,6% dos impostos. O estudo "A Carga Tributária no Brasil: Repercussões na Indústria de Transformação", do Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec) da Fiesp, mostra que os tributos representam 40,3% dos preços dos produtos industriais, considerando-se toda a cadeia, à montante e à jusante.

Há, ainda, custos relativos ao pagamento dos impostos. A complexidade do sistema obriga a contratação de serviços não necessários em outros países. Segundo o estudo "Carga Extra na Indústria Brasileira", também do Decomtec/Fiesp, 1,16% do faturamento das empresas é gasto apenas para se manterem em acordo com a legislação, o que significa R$ 19,7 bilhões ao ano. Considerado o pagamento de tributos embutidos nos insumos, o índice sobe para 2,6%.

Além disso, o Bureau of Labor Statistics (BLS), responsável pelas estatísticas trabalhistas nos Estados Unidos, aponta que os encargos sobre a folha de pagamentos no Brasil, os mais altos dentre 34 países analisados, representam 32,4% dos custos com mão de obra na indústria de transformação. São 11 pontos percentuais acima da média das nações avaliadas (21,4%), ou 7,4 à frente da média europeia (25%). Mais grave é a diferença em relação aos emergentes: México (27%), Argentina e Coréia do Sul (17%).

O Brasil encontra-se em desvantagem também no custo da eletricidade. Nossa tarifa industrial foi estimada pelo Energy Information Administration (EIA), dos EUA, em US$ 138,00/MWh, a segunda mais alta do mundo. Um bom parâmetro para comparação é o Canadá, onde, como aqui, a matriz energética é baseada na hidroeletricidade. Mesmo assim, a tarifa brasileira é 182% maior. Os encargos e tributos contribuem para isso, mas, mesmo os eliminando, a energia brasileira ainda seria 108,3% mais cara. Resultado: a última Pesquisa Industrial Anual do IBGE mostra ser de 2,6% a participação da energia elétrica e consumo de combustíveis para aquecimento e operação de maquinaria nos custos totais da indústria brasileira de transformação. Ressalte-se:o cálculo não considera a cumulatividade na cadeia de valor.

Também são graves, conforme o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), do Ministério da Defesa, os custos nessa área, que representam 20% do PIB. Outro estudo ("Custos Logísticos no Brasil - 2006/2008", da Universidade Federal do Rio de Janeiro) mostra que o percentual da receita líquida das empresas comprometido com transporte, estoque e armazenagem foi de 7,5%.

Defrontamo-nos, ainda, com um dos mais elevados custos de capital do mundo, que se deve a dois fatores: taxa básica de juro real entre as mais elevadas do mundo e spreads bancários, que aumentaram significativamente após 2008, apesar da redução da Selic. Em função desses fatores, nosso custo financeiro é o mais alto do mundo,

sendo 11,5 vezes maior do que o dos países que calculam os juros como o Brasil (Chile, Itália, Japão e Malásia).

Em outro estudo do Decomtec/Fiesp ("Juros em cascata sobre o capital de giro: o impacto sobre a indústria brasileira"), foi estimado que, em 2007, o custo do capital de giro para as indústrias equivaleu a 6,7% do preço dos produtos industrializados, contra 1,97% no conjunto de países incluídos no Índice de Competitividade da Fiesp. Em 2011, o impacto do custo de capital de giro aumentou para 7,5% do preço dos produtos industrializados, uma vez que cresce a taxa de juros para as empresas.

Os juros altos estão intimamente ligados à valorização cambial, cujo mercado é majoritariamente composto por fluxos financeiros, e os capitais são atraídos principalmente pelos juros elevados em comparação com as taxas baixíssimas dos países desenvolvidos. Tendo em vista o câmbio médio do ano e descontando a inflação do Brasil e dos Estados Unidos, o real valorizou-se 49,9% em relação ao dólar, entre 2006 e 2011. Isso é assustador frente a um aumento de produtividade física da indústria de transformação de apenas 9,2%, no mesmo período.

Devido a todas essas razões, e deprimida pela combinação da barata produção chinesa com a demanda combalida dos países ricos, a indústria defende a contínua e rápida redução da Selic e o equilíbrio do câmbio. A bomba que está estourando agora, atingindo primeiramente a manufatura, resulta de termos insistido muito tempo na combinação explosiva de câmbio livre com a maior taxa de juros do mundo. Por isso, o real teve valorização de 74,6%, de junho de 2004 a dezembro de 2011, sem que tivéssemos a mínima possibilidade de melhorar a nossa produtividade, devido ao brutal aumento de custos. Defendemos, sobretudo, a retomada das reformas estruturais, em especial a tributária e trabalhista. São medidas dependentes de políticas públicas, essenciais para conter a desindustrialização e resgatar a competitividade.

**** Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Plástico (Abiplast) e da Vitopel e diretor titular do Departamento de Competitividade e Tecnologia da FIESP.***

Brasil e Estados Unidos.

Diálogo de Parceria Global alavanca a cooperação bilateral e promove interesses mútuos.

Um considerável progresso no desenvolvimento da cooperação conjunta entre Brasil e os Estados Unidos foi realçado ainda mais na última visita da presidente Dilma Rousseff ao país americano. Por meio do III Diálogo de Parceria Global (DPG), mecanismo cada vez mais importante para alavancar a cooperação bilateral e promover interesses compartilhados, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e a Secretária de Estado Hillary Clinton conduziram a discussão em torno de diversos assuntos, entre eles Economia, Biocombustíveis, Ciência e Tecnologia, entre outros.

O diálogo foi fundamental para as mudanças nos serviços de concessão de vistos a brasileiros, negociados no encontro. O assunto principal foram os benefícios mútuos do estímulo ao comércio e a maiores investimentos. Segundo comunicado do Ministério das Relações Exteriores, os participantes "comprometeram-se, igualmente, a trabalhar em estreita colaboração para satisfazer as exigências do Programa de Dispensa de Vistos dos Estados Unidos e da legislação brasileira aplicável, de maneira a possibilitar que cidadãos brasileiros e norte-americanos viajem entre os dois países sem necessitar de visto".

Por enquanto, a solicitação de visto no Brasil ficou mais barata e acessível, sendo possível, inclusive, a dispensa da entrevista com um representante americano, se dentro do perfil. Com a medida, o preço para obter a licença de entrada no país caiu de R$ 350,00 para cerca de R$ 290,00 (US$ 160,00). Além disso, a Embaixada dos Estados Unidos comunicou a abertura de novos centros de Atendimento ao Solicitante de Visto (Casv) em Brasília, Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

A expectativa com o novo sistema é aumentar o número de atendimentos e diminuir o tempo de espera entre agendamentos e entrevistas. Nos

centros de atendimento serão coletados os dados biométricos do solicitante, e se for solicitado, deverá comparecer à entrevista, na embaixada ou em um dos consulados. Para maiores informações sobre o novo procedimento para obtenção de visto, consulte a Embaixada Americana no Brasil.

O fim do visto já não é uma realidade muito distante para os brasileiros. A economia aquecida e a valorização do real, aliada a forte pressão por parte da indústria turística e comercial dos Estados Unidos estão colaborando para que o Brasil seja incluso no programa Visa Waiver, criado em 1986 com objetivo de facilitar as viagens de turismo e negócios de curto período, para países com baixos índices de imigração ilegal nos Estados Unidos – isso inclui 36 países, cujos cidadãos podem realizar viagens de até noventa dias aos Estados Unidos, sem a necessidade de obtenção prévia de visto. Vale ressaltar que um dos maiores entraves para que o Brasil participasse desse grupo era justamente o número de imigrantes ilegais que tentavam se estabelecer no país, número este que diminuiu radicalmente nos últimos anos.

Um fator que favorece também a inserção do Brasil no Visa Waiver, é o crescimento do índice de aceitação nos pedidos de vistos, que subiu de 95% em 2011 para 96% neste ano, o que indica apenas um ponto percentual abaixo do índice necessário para o fim do visto (97%).

Tributação

Em abril, Hillary Clinton realizou também uma visita no Brasil, cujos assuntos discutidos, segundo informou a embaixada norte-americana, foram desde educação à política global e questões econômica. “O diálogo representa um foro para transformar os acordos em ações concretas”, segundo a embaixada.

A secretária dos Estados Unidos defendeu um acordo de livre comércio entre os países e o fim da bitributação nas transações realizadas, a exemplo do acordo celebrado entre os Estados Unidos e a Colômbia, que passou a vigorar dia 15 de maio. O principal ponto é a redução de encargos de bens importados dos EUA nas áreas de agricultura e manufaturados.

A cooperação econômica entre Argélia e Brasil.

*Djamel Eddine Bennaoum**

Nos últimos anos, Argélia tornou-se um principal parceiro do Brasil, tanto em termos de relações econômicas, de comércio e investimento do que nas visitas de alto nível e na implementação de projetos de cooperação técnica.

A cooperação econômica entre Argélia e Brasil é muito importante. Quase 48% das exportações brasileiras para o norte da África e cerca de 75% das importações brasileiras a partir desta região concentram-se na Argélia. O recente clima de instabilidade geopolitica na região da Norte de África fortaleceu mais um interesse no mercado argelino de empresas brasileiras como construtura "Queiroz Galvão" e "OEA". As empresas Odebrecht e Andrade Gutierrez estão igualmente presentes no mercado argelino. Essas empresas brasileiras puderam operar em diferentes campos que têm, muitas vezes, *know-how* como a empresa "Randon" do setor automóveis que está explorando a mercado argelino.

Em termos de investimentos, o Brasil não registrou atividades argelinas (IDE) nos últimos anos. Na Argélia, há poucas empresas brasileiras, como um projeto de *joint-venture* entre o brasileiro Randon e o argelino Cevital para a instalação de uma linha de montagem de veículos. O conglomerado brasileiro Andrade Gutierrez também é presente na Argélia desde 2006, através da empresa Zagope no setor da construção civil que realizou a Barragem Boussiaba e a segunda pista em Oran. Outros projetos em andamento envolvem a construção do viaduto de Constantine, o metrô de Argel, 200 quilômetros de gasodutos e o porto de El-Aouana.

É importante destacar que a cooperacão entre Argélia e o Brasil é modesta. Ao ver os dados, a Argélia beneficia somente de 0,2% das atividades da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

No plano do Comércio bilateral, em 2011, a balanca comercial Argélia-Brasil alcancou um valor de 4,63 bilihoes de dolares contra 3,20 bilhões de dolares em 2010. As exportações brasileiras durante este período chegaram a 1,49 bilhões de dólares contra 839 milhões de dolares para 2010 e as exportações argelinas atingiram 3,13 bilhões de dólares contra 2,3 bilhões de dólares em 2010.

Nos dois primeiros meses de 2012, o intercâmbio comercial Brasil-Argélia enregistrou 491,2 milhões de dólares contra 499,4 milhões de dolares no mesmo período de 2011.

Em 2011 as vendas da Argélia para o Brasil concentram-se nos produtos petrolíferos como nafta, gás propano liquefeito, óleos brutos de petróleo para um valor de 2.933 milhões de dólares, seguido por fosfatos (cerca de 18 milhões de dólares), cimento portland por um valor de quase um bilhão de dólares. Cinco novos produtos foram exportados ao Brasil, incluindo os derivados da casca e grânulos esmagados assim como as tâmaras, por um valor total não superior a 50 mil dólares.

Por outro lado, as exportações brasileiras ainda são dominadas por mais de cem produtos cuja maior parte é composta de alimentos: açúcar de cana em bruto, trigo, grãos de milho, óleo de soja bruto, beterraba e sacarose, carne bovina desossada congelada ou refrigerada e café não torrado, algodão em bruto e leite em pó integral.

No final, é importante destacar que as perspectivas de investimento, de intercâmbio comercial e da cooperação técnica entre os dois países continuarão a ser desenvolvidas. Os dois países poderiam ter uma relação muito mais profunda e seria conveniente dar maior dimensão à cooperação técnica, em particular aos setores de saúde, indústria, agricultura e construção, campos nos quais o Brasil tem uma grande experiência. A Argélia tem a vontade de dar uma estrutura mais forte e clara à cooperação bilateral. No mesmo sentido, as relações comerciais entre Argélia e Brasil deverão ser fortalecidas e estimulados os investimentos nos dois países.

*** Embaixador da Republica Argelina Democratica e Popular.***

MOTTA, FERNANDES ROCHA

ADVOGADOS

Áreas de Atuação

- Administrativo
- Aeronáutico
- Arbitragem
- Bancário
- Concorrencial
- Constitucional
- Contencioso
- Contratos
- Energia, Óleo e Gás
- Família e Sucessões
- Financiamentos, Operações Financeiras Estruturadas e Fundos de Investimento
- Fusões e Aquisições
- Imobiliário
- Infraestrutura e Financiamento de Projetos
- Mercado de Capitais
- Previdenciário
- Private Equity
- Propriedade Intelectual
- Reestruturação e Recuperação de Empresas
- Regulatório
- Seguros
- Societário
- Telecomunicações
- Trabalhista
- Tributário e Planejamento Fiscal

WWW.MFRA.COM.BR

RIO DE JANEIRO

Av. Almirante Barroso, 52 - 5º andar Centro CEP 20031-000
Rio de Janeiro RJ Brasil Tel +55 (21) 2533 2200 | 3257 2200 | Fax +55 (21) 2262 2459

SÃO PAULO

Alameda Santos, 2335 - 10º, 11º e 12º andares Cerqueira César CEP 01419-002
São Paulo SP Brasil Tel +55 (11) 3082 9398 | 2192 9300 | Fax +55 (11) 3082 3272

Av. Brasil, 1.030 Jardim América CEP 01430-000 São Paulo SP Brasil
Tel +55 (11) 3069 4300 | Fax +55 (11) 3069 4301

designground

Pequenas e médias empresas são essenciais para a retomada econômica.

*Jim Hagemann Snabe**

A retomada da economia mundial tem sido tema central da discussão entre os líderes globais, muitos deles responsáveis por grandes companhias. No entanto, não podemos falar em crescimento, emprego e inovação sem mencionar pequenas e médias empresas e como elas podem contribuir para trazer a economia mundial de volta aos trilhos.

Quando os choques do preço do petróleo na década de 1970 provocaram recessão na Europa e na América do Norte, houve um reflexo nas grandes empresas industriais, varrendo do mapa organizações respeitadas. O mesmo aconteceu novamente durante a crise no mercado de ações encabeçada pelas empresas de tecnologia, entre os anos 2000 e 2002. Nas duas ocasiões, a economia global se recuperou com o trabalho liderado por *start-ups*, novas e pequenas empresas que, em muitos casos, transformaram-se nos grandes negócios de hoje.

O crescimento econômico não decorre exclusivamente das PMEs, mas há razões convincentes para acreditar que grande parte da inovação que o sustenta pode ser atribuída a elas. Nos mercados desenvolvidos, as PMEs são comumente responsáveis por metade ou mais do produto interno bruto, em comparação com a parcela de menos de 30% em outros lugares. Um estudo recente da Comissão Europeia indica que as PMEs geraram 85% de todos os novos postos de trabalho na União Europeia entre 2002 e 2010. Na Alemanha, pequenas e médias empresas foram responsáveis pela criação de quase todos os 1,8 milhão de novos postos de trabalho gerados durante os últimos cinco anos.

Como estamos tentando revitalizar a economia global, temos de olhar novamente para as pequenas e médias empresas a fim de fomentar uma parte significativa de inovação para alimentar o crescimento. Infelizmente, essas mesmas empresas estão atualmente experimentando uma queda mais dolorosa do que as grandes companhias. De acordo com um relatório recente, as empresas de pequeno porte na China disseram estar enfrentando "os tempos mais difíceis na história". Apenas 33% das pequenas empresas entrevistadas no país estavam produzindo em plena capacidade e até 27% estavam trabalhando com metade da capacidade neste ano.

Um motivo para que pequenas empresas tenham dificuldade para competir em períodos de recessão é a dificuldade de acesso a clientes, a financiamentos e a talentos. Como as tecnologias de informação e comunicação podem alterar essa equação? Uma maneira é eliminar a escassez de informações que muitas vezes fazem credores, consumidores e candidatos a emprego procurarem pelas empresas mais conhecidas.

A disseminação de tecnologias avançadas, como computação em memória e computação móvel, está colocando ferramentas abrangentes de análise de dados nas mãos dos responsáveis pela tomada de decisão em todos os lugares. O possível resultado disso será a eliminação das

desvantagens da falta de conhecimento das marcas, o que prejudica as pequenas e médias empresas atualmente. Ao ter uma visão em tempo real dos riscos, os banqueiros podem basear suas decisões de empréstimo consistentemente em fundamentos e não em fatores secundários, como tamanho da empresa ou reconhecimento público. Os potenciais clientes podem escolher seus fornecedores com base em critérios rigorosos de qualidade e confiabilidade e não no reconhecimento da marca. As PMEs podem atrair os melhores talentos do mercado se os jovens candidatos tiverem acesso aos dados completos sobre onde suas habilidades podem ser mais bem aplicadas.

A capacidade de conexão também pode beneficiar o pequeno empresário. Um dos seus principais desafios é o acesso a especialistas e à colaboração, quando necessário. Ao explorar a *web* como uma comunidade, empresas cada vez mais ágeis podem coordenar seus requisitos de expertise e colaboração de forma semelhante às redes sociais *on-line*. Ao mesmo tempo, o uso corporativo de aplicações móveis está crescendo rapidamente. A conectividade móvel para pequenas empresas – que, em última análise, dá acesso a cerca de 6 bilhões de consumidores – realmente permitirá que elas cresçam.

As pequenas empresas começam com sonhos - normalmente, o sonho de uma pessoa. Esses sonhos tornam-se realidade com o trabalho duro e a inovação. Hoje, mais do que nunca, temos de estar preparados para ir além, capacitando e fortalecendo-as. Precisamos da força dos pequenos para trazer a economia mundial de volta aos trilhos.

**** Co-CEO da SAP, fornecedora de sistemas de gestão de negócios.***

Senso de urgência para o Brasil crescer.

*Marcelo Lacerda**

O Brasil encontra-se em uma fase auspiciosa e reúne uma série de fatores propícios ao seu desenvolvimento. Vivemos uma democracia estabilizada, atingimos e desfrutamos da tão almejada estabilidade econômica, galgamonos a um patamar de relevante influência na economia global, possuímos um representativo mercado consumidor interno e em franca expansão.

Entretanto, as incertezas que permeiam o ambiente internacional e o avanço de novos países competidores, leia-se o alargamento dos Brics, conferem ao Brasil desafios acerca de sua capacidade de aceleração do seu crescimento. Crescimento esse que deverá estar atrelado mais e mais a uma estratégia muito bem definida, que leve em consideração as lições sobre a relevância da estabilidade, que priorize a competitividade e que alavanque a modernização das instituições políticas e econômicas.

É preciso que nós, brasileiros, tenhamos incorporado ao nosso dia a dia senso de urgência para corrigir obstáculos imprescindíveis à competitividade, que será, definitivamente, o fator de diferenciação junto aos demais concorrentes na escolha por parte do investidor onde colocará seus ativos. Nesse sentido, a atividade industrial brasileira, com foco na redução do Custo Brasil e no estabelecimento de condições basilares à transformação do setor no país, terá a representatividade no todo do PIB.

A indústria tem fortes implicações sobre a produtividade e inovação dos mais diversos setores da economia, além de influenciar o nível de atividade, de emprego e de exportações de uma nação.

Considerando-se uma expansão anual do PIB de 5,5%, de acordo com o Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a renda per capita do Brasil crescerá a uma taxa anual de 4,5%. Caso este cenário permaneça constante ao longo do tempo, o Brasil multiplicará sua renda per capita quatro vezes, atingindo o patamar dos países mais ricos do globo até 2040. Neste processo, a indústria brasileira, que responde por 22% do PIB do país, tem um papel preponderante.

Este processo de transformação exige, entre outras ações, iniciativas em infraestrutura. A indústria tem um papel fundamental na geração de valor agregado, o que a torna particularmente suscetível às ineficiências da infraestrutura.

Por exemplo, a indústria química brasileira, pela sua acomodação histórica, esteve baseada em polos que se localizam a longas distâncias dos principais mercados. Fator de incremento regional, os polos demandam, para o seu funcionamento e a sua competitividade, um alto nível de integração logística e condições eficientes de transporte. Entretanto, atualmente esse alcance da competitividade sistêmica depara-se com insuficiências importantes e custos

elevados. É necessário que esse grave problema, que tolhe as empresas químicas e o conjunto da economia brasileira, seja equacionado com urgência, de maneira a abolir o seu ônus à competitividade.

Ao lado dessa questão, premente e imediata, existem duas outras que também devem ser equacionadas desde já. A primeira é a necessidade de se internacionalizar os preços das matérias-primas - atrelados à disponibilidade de volume e prazo nos contratos - de forma a torná-las mais competitivas. A segunda, igualmente perniciosa para a competitividade, refere-se aos elevados custos com energia que, apesar de ser uma das mais limpas do mundo, é extremamente cara, para ser mais preciso, a segunda mais cara do mundo, em que apenas a incidência de impostos é de 50%.

Boas referências são os estudos elaborados pela CNI, intitulado "A Indústria e o Brasil – uma agenda para crescer mais e melhor", que apresenta a aspiração da indústria e a sua visão sobre o Brasil, com foco nas prioridades para 2011-2014, bem como o "Pacto Nacional da Indústria Química", da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), que define os compromissos da indústria química com o desenvolvimento econômico e social do país, e aponta os principais entraves que freiam as decisões dos investidores, nacionais e estrangeiros, em ampliar os negócios no setor químico brasileiro.

**** Presidente da LANXESS no Brasil .***

Economia criativa.

*Marly de Menezes**

Muito interessante o conteúdo do Seminário sobre Economia Criativa realizado pela Fiesp, a começar pelas palavras do jornalista Gilberto Dimenstein: "a criatividade é o que deixa as coisas eternas". De fato, a economia criativa tem como característica desenvolver um produto ou serviço que proporcione não somente uma inovação que atenda à uma necessidade, mas que possibilite a criação e manutenção de um ciclo econômico que retroalimente o sistema. Para John Howkins, especialista no tema, todos nós precisamos mudar. Somos todos criativos. Queremos liberdade para fazer escolhas, e isso gera uma necessidade, que faz como que as pessoas adaptem o seu conhecimento em busca de uma situação favorável, resolvendo problemas, ultrapassando dificuldades, encontrando novos caminhos.

As condições requeridas para este tipo de economia são o planejamento, a pesquisa, a capacitação e os meios tecnológicos, associados ao conhecimento adaptado aos recursos da sociedade. Se, por um lado, a criatividade suscita competição e a conquista de novos mercados, também gera risco e não tem garantia de sucesso. Contudo, deve atender a um propósito, da mesma maneira que "algo feio pode despertar o olhar", comentou Howkins, afirmando que "a criatividade é o que torna o processo animador".

Na palestra "A Moda na Economia Criativa", Annegret Affolderbach exemplificou o conceito de Howkins, apresentando sua experiência de trabalho com comunidades artesanais de Gana, África do Sul, Índia, onde a missão da empresa é valorizar a troca de valores, saberes, experiências. Num primeiro momento, a preocupação é identificar o que existe na comunidade que a diferencia culturalmente e o que as pessoas almejam para seu futuro dentro da sociedade. A experiência com a Índia foi muito enriquecedora, pois foi dado à comunidade a oportunidade de interferir na produção, agregando valores culturais como diferencial do produto, que passa a ter uma história, um DNA. E toda a cadeia produtiva passa a ser uma rede. Ao terminar, Affolderbach esclareceu que a oportunidade está nos "pequenos" negócios.

Magda Coeli, empresária criadora da Refazenda, contou sua experiência com comunidades de artesãs do Nordeste, sua preocupação com a produção do Lixo Zero, onde tudo é reaproveitado com valor agregado, e a reeducação do consumidor na filosofia da responsabilidade sócio ambiental, aproximando o consumidor de moda do produto local. O não uso de materiais como zíper ou fivelas de metal, optando por soluções com materiais da própria região, proporcionou um produto diferenciado. "Trabalhar com as comunidades evidencia o senso de grupo", disse Coel. Para Affolderbach, a Universidade deve se preocupar em introduzir na academia o conceito de Moda Sustentável,destinando fundos para pesquisa, abrindo a discussão nas redes sociais, trabalhando com parceiros da iniciativa privada, para a formação de uma geração de designers colaboradora e conectada como as necessidades e desejos do consumidor e da própria cadeia produtiva.

Na palestra sobre clusters criativos, que traduzindo para mau português seriam polos econômicos, foi apresentado, por Eva Emenlauer-Blömers, o trabalho devolvido em Berlim logo após a queda do muro. Foi uma iniciativa governamental que se viu do dia para a noite com um alto índice de desemprego e sem recursos financeiros. O projeto de reestruturação foi apoiado na revolução informática, utilizando a tecnologia digital para criar novas empresas que se complementavam na cadeia produtiva e, consequentemente, geravam um poder econômico muito maior do que trabalhando em separado. Desta forma surgiram os *clusters*.

Enrique Avogadro apresentou o trabalho realizado na cidade de Buenos Aires, onde o Centro Metropolitano de Design tem realizado um trabalho de recuperação do espaço urbano da capital Argentina e de promoção de incubadoras para microempresas. Para ele, a economia criativa é fundamental dentro da nova globalização, na medida em que "não há desenvolvimento se não estamos todos envolvidos", contudo é necessário encontrar nesse novo produto ou serviço o que nos diferencia.

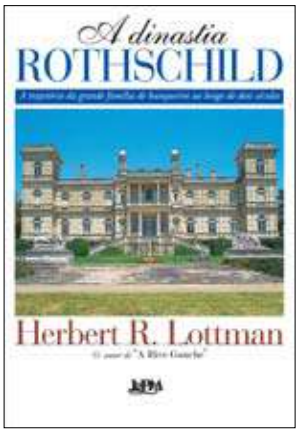
O tema da economia criativa relacionado à arte contemporânea abordou o impacto que as feiras de Londres, Frieze e Arco, em Madri, provocam nessas cidades e a atuação desses projetos de inventivo à Arte ao longo do restante do ano.

A economia criativa não tem uma fórmula especifica de atuação para promover o desenvolvimento sustentável, mas seus princípios estão centrados nas necessidades e saberes da comunidade e na troca de conhecimento. A criatividade é o meio para gerar oportunidades e conquistas para todos os envolvidos na cadeia produtiva, desde o produtor da matéria-prima até o consumidor final.

*** Professora de Fundamentos da Computação Gráfica da FASM (Faculdade Santa Marcelina - SP)***

A dinastia Rothschild.

"A dinastia Rothschild" de Herbert R. Lottman, da **LPM Editora**, conta a história de um dos negociantes mais célebres do planeta, Robert Rothschild. O autor narra um período negro da história europeia, no século XVIII, quando os judeus eram confinados a guetos, não tinham direito a propriedades, nem mesmo a um sobrenome. Podiam apenas improvisar um nome de família ou colocar uma placa simbólica acima da porta do seu estabelecimento comercial. Pois foi numa loja de produtos variados na Judengasse, o gueto judeu da cidade alemã de Frankfurt, que nasceu Mayer Amschel, aficionado conhecedor de moedas e habilidoso visionário. Jacob, o filho mais novo, se instalaria em Paris, passando a usar o nome de James e construindo o braço francês dos negócios da família. Seus irmãos se espalhariam por outros centros financeiros do continente: Londres, Viena, Nápoles.



Os êxitos e as desventuras dos Rothschild estiveram intimamente ligados aos acontecimentos históricos, financeiros e políticos, sobretudo no século XX: foi assim por ocasião do caso Dreyfus, ainda no final do século XIX, da crise de 1929, das espoliações ocorridas sob o governo colaboracionista de Vichy durante a ocupação nazista da França e, na década de 80, durante o governo do socialista François Mitterrand.

Composta de banqueiros, viticultores, industriais, financistas, agricultores, pecuaristas, colecionadores, mecenas, atores e escritores, a dinastia dos Rothschild estendeu sua influência econômica e política de Londres a Israel, da Espanha à Rússia, sempre tendo como lema Concordia, Integritas, Industria – harmonia, integridade e trabalho.

Para retraçar a história deste notável grupo, Herbert R. Lottman teve acesso a arquivos inéditos e a correspondências privadas. Este volume conta também com um posfácio do autor escrito especialmente para a edição brasileira.

DMAZ/9
Confiança, Compromisso, Segurança...
Estas palavras ficariam soltas se não houvesse o trabalho de 10 anos dedicados a você e a sua empresa.
10 ANOS
BRANCO
Uma história de sucesso.
brancoconsultores.com.br
ADVOGADOS
CONSULTORES TRIBUTÁRIOS
PERÍCIAS CONTÁBEIS

Regime diferenciado de licitações e contrato para as obras da Copa e Olimpíadas.

Roberto Baungartner *

Como se sabe, as obras a serem executadas em virtude da Copa e Olimpíadas serão precedidas de licitações, a serem realizadas sob a Lei Nº 12.462 de 05 de agosto de 2011, que instituiu o *RDC - Regime Diferenciado de Licitações e Contratos*. Mobilidade urbana e transporte público, instalações de estádios e arenas esportivas, infraestrutura turística aeroportuária, telecomunicações, energia, segurança, saúde e sustentabilidade ambiental são setores que, entre outros, passaram a ter licitações sob esse novo regime.

Em certa medida, os antagonistas do RDC continuam a manifestar inconformidade com os termos da Lei Nº 12.462/2011. Talvez essa inconformidade seja maior diante da provável continuidade do RDC, mesmo após a Copa e Olimpíadas, caso venha a ser bem sucedido. Enfim, quem é contra e quem é a favor do RDC e por quê? As respostas poderiam começar a ser delineadas pela clássica indagação: a quem interessa ser contra ou a favor?

A inversão de fases, de modo que somente são examinados os documentos de habilitação da primeira classificada quanto ao preço ofertado, reduz muito a burocracia e acelera o certame, pois, não se perde tempo com propostas que ao fim não serão classificadas em primeiro lugar. Mas, determinadas empresas concorrentes, preferem a ordem anterior, pois, contavam com a possibilidade preliminar de impugnar documentos e, assim, expelir concorrentes da disputa antes mesmo que a respectiva proposta de preço fosse aberta e examinada publicamente.

As novas diretrizes de julgamento das propostas impõem à Administração a busca da maior vantagem e do menor dispêndio. Logo, as licitações exigirão um nível mais elaborado de editais, minutas contratuais e propostas, tendo em vista que serão decisivos não apenas o preço. Prevalecerá um conjunto mais sofisticado e articulado de fatores de julgamento, não apenas financeiros, mas inclusive socioambentais e econômicos.

A empresa contratada poderá ter remuneração variável conforme o seu desempenho, mensurável com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazo de entrega, definidos no edital e contrato. No julgamento pelo maior retorno econômico, apropriado aos contratos de eficiência, as propostas serão selecionadas de acordo com a maior economia a ser proporcionada à Administração durante a execução do contrato.

As estimativas orçamentárias não constarão nos editais. E, antes da licitação, somente serão conhecidas pela Administração contratante e órgãos de controle. Este dispositivo foi inspirado na ideia de que "*ao comprar alguma coisa, você não conta ao vendedor quanto tem no bolso*". Esta inovação provocou enorme polêmica, tendo sido muito criticada. Na realidade, as estimativas orçamentárias são feitas mediante consultas prévias ao mercado, cujos consultados invariavelmente as superestimam para assegurar maiores disponibilidades, de modo que a sua expressão no edital infla os preços admissíveis. De qualquer modo, os órgãos de controle, como os Tribunais de Contas, terão acesso prévio à avaliação.

Portanto, apesar das polêmicas geradas, o RDC é bom para o Brasil, embora talvez desatenda a alguns interesses particulares arraigados sob o manto da legislação anterior.

**** Professor doutor em Direito de Estado pela PUC-SP e especialista em políticas públicas socioambientais nas compras governamentais.***
Diretor de Relações Institucionais da Ticket Serviços e vice-presidente da Associação das Empresas de Refeição e Alimentação-Convênio (Assert).

www.gaiasilvagaede.com.br

GAIA · SILVA · GAEDE & ASSOCIADOS

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

Tributário · Societário · Energia · Oil & Gas · Navegação
Telecomunicações · Financeiro · Econômico

ESCRITÓRIOS

SÃO PAULO, SP
Rua da Quitanda, nº 126
Fone: +55 11 3797-7400
e-mail: gaiasp@gaiasilvagaede.com.br

RIO DE JANEIRO, RJ
Av. Rio Branco, 116 - 9º E 10º andares
Fone: +55 21 2506-0900
e-mail: gaiarj@gaiasilvagaede.com.br

CURITIBA, PR
Rua Mal. Deodoro, 344 - 14º andar
Fone: +55 41 3304-8800
e-mail: gaiapr@gaiasilvagaede.com.br

BELO HORIZONTE, MG
Avenida do Contorno, 7069
Salas 508 a 512
Fone: +55 31 2511-8060
e-mail: gaiabh@gaiasilvagaede.com.br

BRASÍLIA, DF
SRTVN Quadra 701 Conj.C nr. 124
Ala A Salas 519 e 521
Fone: +55 61 3327-9947
e-mail: gaiadf@gaiasilvagaede.com.br

SÃO PAULO · RIO DE JANEIRO · CURITIBA · BELO HORIZONTE · BRASILIA

ESCRITÓRIOS CORRESPONDENTES: **BUENOS AIRES · LIMA · SALT LAKE CITY · MIAMI · NEW YORK**

Brasil, o país do futebol e das oportunidades.

*Raphaela Lucas**

É na contramão das grandes potências mundiais que vem o Brasil. Com a crise financeira global, o país que já estava na fila para tomar as primeiras posições da economia mundial tende a encontrar um caminho mais curto. Apresentando forte crescimento econômico e embalado no ritmo dos grandes eventos esportivos que acontecerão nos próximos anos, o país está no centro das atenções. E na próxima década, pretende mostrar ao mundo que é capaz de recebê-lo nos maiores eventos promovidos ao seu redor.

E não somos capazes apenas de recebê-los. A Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 serão agentes catalisadores para vasto legado que será deixado. Obras de infraestrutura,mobilidade urbana, construção de aparatos esportivos, melhorias na rede hoteleira e capacitação de profissionais são alguns dos investimentos diretos feitos pelas iniciativas pública e privada para viabilizar esse calendário. Segundo estudo da Ernst & Young, apenas na Copa de 2014 serão investidos diretamente quase R$ 23 bilhões garantindo a operação e infra-estrutura do evento. Além disso, a competição deverá injetar cerca de R$112,80 bilhões adicionais na economia brasileira até 2014. Deverão ser criados cerca de 3,6 milhões de empregos temporários e arrecadação tributária adicional de R$18,13 bilhões aos cofres públicos. Estima-se que o impacto direto da Copa do Mundo sobre nosso Produto Interno Bruto chegue a R$64,5 bilhões até 2014. Segundo o Ministério do Esporte as Olimpíadas de 2016 causarão impacto de R$22 bilhões até 2016 e mais R$27 bilhões até 2027. Os setores mais beneficiados serão os de construção civil, alimentos e bebidas, prestação de serviços e turismo e hotelaria.

Esse repleto calendário esportivo dá a chance ao Brasil de antecipar algumas conquistas. Obras de infraestrutura melhoram a vida da população, e todas as cidades envolvidas nesses projetos tiveram seus cronogramas antecipados. No Rio de Janeiro, onde se concentram grande parte dos investimentos das Olimpíadas, será inaugurada nova linha do metrô, além da modernização dos transportes públicos com o BRT – *bus rapid transit* e a Transcarioca. Maiores investimentos em segurança pública já vêm apresentando resultado na cidade, com diversas comunidades pacificadas e menores índices de criminalidade. A Zona Portuária do Rio está sendo revitalizada e o Porto Maravilha se torna importante polo empresarial na região novamente. O Maracanã, maior símbolo do futebol nacional e palco da final da Copa de 2016, está sendo reformado e vai trazer mais conforto e segurança aos torcedores assim como outros 11 estádios por todo o Brasil. Os principais aeroportos do país estão sendo reformados e preparados para atender de maneira mais eficiente turistas do mundo todo.

Em 1992 Barcelona sedimentou anos de planejamento em desenvolvimento e crescimento com os Jogos Olímpicos, tornando-se uma das cidades mais visitadas de todo o mundo e exemplo de legado. Em 2010 com a Copa do Mundo a África do Sul mostrou ao mundo as profundas mudanças pelas quais passou nas últimas décadas, e a pesar de resultados econômicos pouco representativos, se afastou da imagem do *apartheid*. Em 2014 e 2016 o Brasil terá a oportunidade de mostrar que não é só o país do futebol, mas também o país das oportunidades.

** Assessora de Projetos Especiais da IMX .*

Trem do Corcovado
Trem do Corcovado
O passeio e o visual são tão belos que o filho de Deus resolveu até morar aqui.
CORCOVADO
www.corcovado.com.br

Taxa de conveniência sobre ingressos pode ser cobrada?

*Isabella Menta Braga**

Com certa frequência esse assunto volta à tona, já que, diante da ausência de regulamentação da questão, os donos de estabelecimentos que oferecem a venda de ingressos por telefone ou internet cobram a taxa de conveniência sem qualquer critério.

O gancho para esse artigo, aliás, é o projeto de Lei do Deputado Anthony Garotinho, que tem como objetivo regulamentar as famosas taxas de conveniência, nos mesmos moldes de projeto de lei que tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo, desde 2008, tendo ambos o mesmo objetivo: proteger o consumidor de práticas abusivas.

Afinal, ainda que não haja lei regulamentadora do tema, é legal a cobrança de taxa de conveniência?

A resposta à pergunta é afirmativa. Porém, e é esse o mote dos citados projetos de lei, existem cuidados e limites que devem ser observados quando da cobrança da taxa, para que não sejam violados os Direitos do Consumidor.

Primeiramente, a chamada "taxa de conveniência", como o próprio nome diz, só pode ser cobrada se o consumidor receber algum benefício por ter optado por adquirir o ingresso on-line ou por telefone; não havendo vantagem para o consumidor, a taxa é indevida.

O que nos parece mais importante dentro desse tema é o valor da taxa de conveniência. Hoje, na grande maioria dos locais, é cobrado um percentual sobre o valor do ingresso e isso sim, não pode ser admitido.

Se a taxa de conveniência se justifica no fato do consumidor obter vantagem no momento da compra - como, por exemplo, ao receber ingressos em casa - não há qualquer razão para que a o valor varie de acordo com o preço pago, vez que o serviço prestado é um só, e as conveniências são as mesmas.

Decorre do raciocínio anterior a conclusão de que os consumidores que adquirem ingressos mais caros não podem ser submetidos à taxa de conveniência mais alta, já que a vantagem que auferiu é a mesma que aquele que adquiriu tíquete de valor inferior.

Em resumo, a taxa de conveniência não pode ser variável de acordo com o valor do tíquete, mas, sim, fixa, seja porque o custo para fazer o ingresso e entregar é o mesmo, seja porque a vantagem para o consumidor é a mesma em qualquer dos casos. Não sendo observada essa

regra, haverá prática abusiva contra o Direito do Consumidor.

Outro ponto a ser suscitado: alguns podem imaginar que o simples fato de o consumidor não ter que se deslocar até o local do evento para adquirir os ingressos já representaria a vantagem oferecida. De fato, é bastante conveniente - com o perdão do trocadilho - comprar ingressos sem sair de casa.

Mas atualmente, onde cada dia mais as pessoas utilizam-se da internet para compra e venda de produtos, prática considerada normal e corriqueira e talvez o principal canal de compra, será que ainda assim pode-se afirmar que o consumidor obteve vantagem? Se respondermos que sim, estaremos admitindo que quaisquer compras via internet (supermercado, vestuário, móveis, utensílios domésticos, etc.) deveriam ser alvo da taxa de conveniência?

E vamos além. Se o consumidor é obrigado a retirar o ingresso na bilheteria, a taxa não pode ser cobrada. Qual a conveniência em comprar pela internet, o que hoje é mais que comum, e retirar o ingresso no local de venda? Se existir alguma vantagem, ela é para a empresa.

Fica aqui a questão para reflexão.

* ***Especialista em direito cível e é sócia do escritório Braga e Balaban Advogados.***

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro - criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP:20040-003 - Tel: (021) 2217-5555 Fax: (21) 2262-6247- www.ibefrio.org.br

BIÊNIO 2011/2013 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - *Theóphilo de Azeredo Santos*

Vice-Presidente - *Márcio João de Andrade Fortes*

Membros - *Henrique Luz, João Carlos França de Luca, José Carlos Monteiro, Luiz Leonardo Cantidiano, Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Ricardo E. Vieira Coelho e Thomas Klien.*

DIRETORIA

Presidente
Roberto Lima Netto

Diretor Executivo
Marcos Chouin Varejão

CONSELHO FISCAL

Presidente - *Severino José da Silva*

Membros e Suplentes - *Antonio A. B. de Andrade, João Carlos Reichmann Mader , Luiz Affonso Romano, Luiz Eduardo Marinho e Ricardo Duarte Carneiro Monteiro.*

Conselho Consultivo
Ary da Silva Graça Filho, Marcos Chouin Varejão, Ney Roberto Ottoni de Brito, Orlando Galvão Filho, Reynaldo Vilardo Aloy, Theóphilo de Azeredo Santos e Valmar Souza Paes.

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Henrique Luz, João Paulo dos Reis Velloso, José Gandelman, Luiz Leonardo Cantidiano, Márcio Fontes, Marcos Chouin Varejão, Merval Pereira, Nilton Molina, Renato Flores, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende, Theóphilo de Azeredo Santos, Valmar Paes

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Coordenação Editorial
Mara Iglesias

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Programação Visual
Red Design Comunicação

Fotos
Capa: Site Programa Presença - Marilene Paiva.
Prefeitura Rio - Brigida Pires
Banco de imagens Red Design.

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 9619-0771

Distribuição
Simone Lira

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

Riscos e oportunidades de investir em mercados emergentes.

*Henrique Luz**

Quais são as vantagens e desvantagens, riscos e oportunidades, de investir em mercados emergentes? As dúvidas não saem da cabeça dos CEOs mundo afora, de países desenvolvidos ou entre os próprios emergentes - 20% de todo o comércio global, e um terço do investimento estrangeiro direto já são feitos de emergentes para emergentes.

Investir em países emergentes faz todo o sentido. Taxas de crescimento correspondentes ao dobro dos países desenvolvidos nos último 15 anos, ampliadas desde o início da crise econômica mundial, em 2008; maior grau de previsibilidade e estabilidade das economias e governos mais atuantes estão entre os principais atrativos. Este grupo de países, bastante heterogêneo política, social e economicamente também apresenta diferenças quando se trata de riscos e oportunidades de investimento.

De acordo com pesquisa da PwC realizada em 183 países, o Brasil destaca-se quanto ao volume de horas gastas para o cumprimento de obrigações tributárias, o que afugenta investimentos. Em sentido contrário, a estabilidade política, econômica, além de uma classe média pujante (e crescente) e megaeventos esportivos aproximam os executivos mais atentos.

A China apresenta-se com fortes argumentos para atração de investimentos: um e cada cinco moradores do planeta está lá, pronto para consumir. Por outro lado, as peculiaridades do regime político e econômico ainda causam preocupações.

O continente africano é emblemático: apesar de metade da população viver em países onde o crescimento do PIB ajustado pela inflação é em média de 5% ao ano nas últimas duas décadas; de haver uma classe média crescente (não restrita à África do Sul), de relatórios recentes da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) apontarem que entre todas as economias emergentes o continente oferece os mais altos retornos ajustados ao risco sobre o investimento estrangeiro, poucos gestores pensam em investir lá parte dos recursos de suas empresas.

O fato é que a alteração da ordem econômica global obriga CEOs de países desenvolvidos, mas sobretudo de nações em desenvolvimento, a explorar as novas oportunidades que surgem nos mercados emergentes de rápido crescimento, mitigando os riscos. O primeiro passo para o sucesso é garantir que se conheçam os futuros clientes, seus parceiros, o governo com o qual se irá lidar, e outras partes interessadas. A melhor maneira de fazer isso é a realização de diligência sob medida, utilizando diferentes tipos de abordagens, técnicas e fontes.

As alianças business-to-business (B2B) com empresas dos mercados nos quais se quer entrar são uma boa estratégia, assim como acordos ou parcerias público-privadas com os governos dos países-foco. A corda bamba dos riscos e das oportunidades de negócios nos países emergentes está esticada. A maneira mais fácil de cair é ignorá-la.

** Sócio da PwC Brasil e líder de Clients & Markets.*

PPF Brazil

Contadores

www.ppfbrazil.com.br
Telefone 55+ (21) 2224-3794

PROGRAMAS TÃO SUSTENTÁVEIS QUE ECONOMIZAM ATÉ NA TINTA DO ANÚNCIO.

Globo Ecologia: segunda, 20h30
Globo Rural: terça, 20h15
Caminhos de Energia: quarta, 20h30
Vida de República: quinta, 20h
Amazônia Rural: quinta, 20h30
Cidades e Soluções: sexta, 20h30
Consciente Coletivo: todo dia,
nos intervalos da programação

futura

o futura liga você

Parceiros mantenedores:

Sintonize e assista ao Canal Futura: Parabólica polarização vertical 20, TVs Universitárias em todo o país - NET canal 32 e nas melhores operadoras do Brasil. www.futura.org.br